



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

MERCOSUL COMO AUXILIAR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Trajetória antes do acordo com a União Europeia

Autora: Maria José Lisboa Oest

Orientador: Dr. Mauro Boianovsky

Brasília – DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MERCOSUL COMO AUXILIAR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Trajetória antes do acordo com a União Europeia

MARÍA JOSÉ LISBOA OEST

ORIENTADOR: MAURO BOIANOVSKY

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BRASÍLIA-DF
JULHO DE 2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MERCOSUL COMO AUXILIAR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Trajectoria antes do acordo com a União Europeia

MARÍA JOSÉ LISBOA OEST

MONOGRAFIA DE PROJETO FINAL SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

APROVADA POR:

Prof. Mauro Boianovsky, Dr. (ECO/UNB)

(Orientador)

Prof. Carlos Rosano Peña, Dr. (ADM/UNB)

(Examinador Interno)

Brasília, Julho 2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pelas inúmeras provisões ao longo do meu processo de graduação. Sem ele nada teria sido possível.

Aos meus pais, Carmen e Rubén, que são minha motivação dia a dia. Muito obrigada porque mesmo estando longe, estiveram presentes de todas as maneiras possíveis. Sou muito grata por me encorajarem a ir atrás dos meus sonhos mesmo que isso significasse ir embora.

A minha irmã, Noelia, que é meu maior orgulho. Desculpa pela minha ausência física nesses anos tão importantes da sua vida.

A todas essas pessoas que conheci nessa caminhada e que viraram indispensáveis na minha vida. Especialmente a Fanny, Hamú, Katherine e Luane, por terem sido como família nesses anos. Obrigada pelos momentos inesquecíveis e por cada aprendizado. Vocês são, sem dúvidas, a melhor parte dessa experiência.

Ao Prof. Mauro Boianovsky, que com toda a paciência e excelência tem me orientado para realização desse trabalho. Obrigada por, desde o começo, ter acreditado no meu potencial.

Ao Governo brasileiro, por fomentar a Universidade de Brasília e me dar a oportunidade de aceder a uma educação de excelência e gratuita inclusive sendo estrangeira.

E, por fim, a todas e todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o meu crescimento pessoal e acadêmico, desde que ingressei à UnB até os dias de hoje, e, principalmente, os que contribuíram de alguma forma para à consolidação deste trabalho.

RESUMO

O seguinte trabalho procura analisar o fluxo comercial e os principais indicadores sociais e econômicos dos países membros do Mercosul. Acordos comerciais que promovam a criação de “espaços econômicos comuns” entre países podem ser vistos como ferramentas para a promoção de desenvolvimento econômico. Os dados foram coletados no Banco Interamericano de Desenvolvimento, na Comisión Económica para a América Latina y El Caribe – CEPAL – e no World Bank. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, analítica e descritiva, onde buscou-se responder ao problema de pesquisa por meio de fontes como os *papers*, artigos, livros e biblioteca virtual. Os resultados sugerem que o Mercosul aumentou o fluxo comercial entre os países do bloco e houve melhoras de alguns indicadores sociais e econômicos, mas de forma desigual. No final do artigo, estima-se o fluxo potencial de comércio para os países membros do Mercosul, através do modelo gravitacional, utilizando dados em painel pelo método de efeitos fixos e aleatórios.

Palavras-Chave: Mercosul; Fluxos Comerciais; Integração Econômica; Indicadores; Bloco Econômico; Arranjos regionais de comércio; Modelo Gravitacional.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the trade flow and the social and economic indicators of the Mercosur member countries. Preferential trade agreements that create “joint economic spaces” might be seen as useful tools to promote economic development. Data were collected in the Comisión Económica para América Latina y El Caribe – CEPAL, Banco Interamericano de Desarrollo and World Bank. The methodology was a bibliographic review, analytical and descriptive, where it sought to answer the research problem through sources as papers, articles, books and virtual library. Results suggest that Mercosur increased the trade flows among the member countries; and there were improvements in some social and economic indicators but in an unequal way. At the end, this paper estimates the potential bilateral trade flows for the Mercosur members, through a panel of data with fixed and random effects, based on a gravity model.

Keywords: Mercosur; Trade Flows; Economic integration; Indicators; Economic block; Regional trading arrangements; Gravity equation.

SUMÁRIO

1.	Introdução	- 13 -
1.1	Metodologia.....	- 15 -
2.1.	Fluxos Comerciais.....	- 20 -
2.1.1.	Período 1991-1995.....	- 20 -
2.1.2.	Período 1996-2000.....	- 22 -
2.1.3.	Período 2001-2005.....	- 24 -
2.1.4.	Período 2006-2010.....	- 28 -
2.1.5.	Período 2011-2014.....	- 31 -
2.1.6.	Período 2015-2018.....	- 35 -
2.2.	Balança comercial de bens e serviços (US\$ preços correntes).....	- 39 -
3.	Capítulo II	- 41 -
3.1.	PIB real.....	- 41 -
3.1.1.	Mercosul-4.....	- 44 -
3.1.2.	Argentina	- 48 -
3.1.3.	Brasil.....	- 52 -
3.1.4.	Paraguai	- 57 -
3.1.5.	Uruguai	- 62 -
4.	Capítulo III.....	- 66 -
4.1.	Desemprego.....	- 66 -
4.2.	Indicadores Sociais.....	- 69 -
4.3.	Grau de Abertura	- 72 -
4.4.	Investimento Estrangeiro Direto.....	- 74 -
4.5.	Formação Bruta do Capital Fixo	- 76 -
5.	Adaptação do Modelo Gravitacional	- 77 -
6.	Considerações Finais.....	- 83 -
7.	Referências Bibliográficas	- 86 -
		- 7 -

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos dos países do Mercosul.....	- 16 -
Tabela 2: Variação (%) da média dos fluxos comerciais do Mercosul 1991-1995. ...	- 21 -
Tabela 3: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 1996-2000.....	- 22 -
Tabela 4: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2001-2005.....	- 27 -
Tabela 5: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2006-2010.....	- 28 -
Tabela 6: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2011-2014.....	- 35 -
Tabela 7: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2015-2018.....	- 38 -
Tabela 8: Saldo comercial dos países do Mercosul (US\$ preços constantes).	- 39 -
Tabela 9: Média saldo comercial dos países do Mercosul (US\$ preços constantes). -	40 -
Tabela 10: Variação (%) do PIB dos países do Mercosul.	- 41 -
Tabela 11: Crescimento médio do PIB 1991-2017.....	- 42 -
Tabela 12: Média do PIB Pér Cápita (US\$ preços correntes).	- 43 -
Tabela 13: Taxa de crescimento média anual do PIB Pér Cápita.	- 43 -
Tabela 14: Desemprego (% da força total de trabalho).	- 67 -
Tabela 15: Volume de migrantes totais.	- 69 -
Tabela 16: Pobreza urbana (Em % da população total).....	- 71 -
Tabela 17: Pobreza urbana (Em % da população total).....	- 71 -
Tabela 18: IDH países do Mercosul.....	- 72 -

Tabela 19: Grau de abertura das economias do Mercosul.	- 73 -
Tabela 20: Média do Volume Exportado dos países do Mercosul.	- 74 -
Tabela 21: Variáveis do modelo gravitacional.	- 79 -
Tabela 22: Resultados do modelo de regressão.	- 81 -

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Principais sócios exportadores do Mercosul.	- 18 -
Gráfico 2: Principais produtos de exportação do Mercosul.....	- 19 -
Gráfico 3: Principais sócios importadores do Mercosul.....	- 19 -
Gráfico 4: Principais produtos de importação do Mercosul	- 20 -
Gráfico 5: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 1991-2000	- 24 -
Gráfico 6: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2000-2005	- 27 -
Gráfico 7: Variação (%) do fluxos comerciais do Mercosul 2005-2010	- 31 -
Gráfico 8: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2010-2017	- 34 -
Gráfico 9: Variação (%) histórica dos fluxos comerciais totais do Mercosul	- 39 -
Gráfico 10: Variação (%) do PIB da Argentina e Mercosul.....	- 48 -
Gráfico 12: Variação (%) do PIB do Paraguai e Mercosul.....	- 57 -
Gráfico 14: Média referente à taxa de desemprego dos países do Mercosul.....	- 69 -
Gráfico 15: IED nas economias do Mercosul (US\$ preços constantes)	- 75 -
Gráfico 16: Formação Bruta de Capital Fixo (%) do PIB	- 76 -

ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Acordo de Associação
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ACFI	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos
ADPIC	Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio
ALC	América Latina e Caribe
BCB	Banco Central do Brasil
BCP	Banco Central do Paraguai
BCRA	Banco Central da República Argentina
BCU	Banco Central do Uruguai
BCV	Banco Central da Venezuela
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BK	Bens de Capital
CMC	Conselho do Mercado Comum
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
FEM	Fórum Empresarial do Mercosul
FMI	Fundo Monetário Internacional
Focem	Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul
Gaim	Grupo de Análise Institucional do Mercosul
GMC	Grupo Mercado Comum
IED	Investimento Estrangeiro Direto
Indec	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos
Intal	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
ISM	Instituto Social do Mercosul

MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Brasil)
Mecon	Ministério da Economia (Argentina)
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MF	Ministério da Fazenda (Brasil)
MFP	Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do Mercosul
MOA	Manufaturas de origem agropecuária
MOI	Manufaturas de origem industrial
n.a.	Não aplicável
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAB	Protocolo de Adesão
PED	Países em Desenvolvimento
PM	Parlamento do Mercosul
PP	Produtos primários
PPT	Presidência <i>Pro Tempore</i>
PRC	Procedimentos Relacionados ao Comércio
ROM	Regime de Origem Mercosul
TEC	Tarifa Externa Comum
TLC	Tratado de Livre Comércio
UE	União Europeia
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
US\$	Dólares Norte-Americanos

1. Introdução

O processo de integração Mercosul surgiu em 1991, através do Tratado de Assunção, como resultado de uma série de negociações bilaterais empreendidas por Argentina e Brasil durante a década dos 80. Naquele então, no Cono Sul, a democracia encontrava-se em processo de restauração e existia determinado consenso que, para sua consolidação, seriam necessárias a estabilização econômica da região e materialização das iniciativas de integração regional. Neste período, o Mercosul originado nesse tratado passou por diversas etapas, que provocaram em alguns momentos expectativas favoráveis quanto ao seu futuro e pessimismo em outros momentos.

Esse trabalho assume que, fruto do contexto assimétrico, a tomada de decisões do Mercosul tem sido fortemente bilateral nas negociações entre seus sócios. Este pressuposto tem a trajetória bilateral entre os dois países maiores, Argentina e Brasil, como motor inicial das negociações o que tem se dado de maneira intrínseca e produto do contexto assimétrico e de distintas maneiras ao longo dos anos. Essas diferentes manifestações têm tido como fonte das suas mudanças as variáveis político-institucionais e regionais que afetam tais relações intrabloco.

As consolidações de blocos regionais podem ter diferentes graus. Os processos de integração podem ser diferenciados em várias etapas:

1. Tratados preferenciais de comércio: envolve a diminuição das tarifas entre os países membros.
2. Área de Livre Comércio: as tarifas passam a ser são eliminadas entre os Estado-Membros.
3. União Aduaneira: além da eliminação das tarifas entre os membros, estabelecem-se tarifas externas comuns.
4. Mercado Comum: ademais das características de união aduaneira, acrescenta-se a livre circulação de fatores produtivos, especialmente de mão de obra e capitais e,

5. União Econômica: fase culminante da integração incluindo coordenação de políticas macroeconômicas, sistema monetário comum e moeda comum.

O Mercado Común del Sur pelas suas características e próprio nome, enquadra-se na etapa de integração número 4.

À medida que a integração é aprofundada dentro do bloco econômico, tem-se uma situação de maior liberdade entre as fronteiras dos países. Na visão econômica dos blocos regionais temos diferentes vertentes em relação aos problemas que essa liberalização pode causar.

Para a visão econômica que acredita no mercado livre como regulador da economia, essa liberalização é condição necessária para o desenvolvimento econômico via integração regional. O próprio mercado irá disciplinar os preços através da concorrência entre os países impedindo assim que o Estado exerça o seu viés inflacionário. Assim, a tendência é que o papel do Estado fique cada vez menor quanto mais o bloco for liberalizado internamente e maior for a integração regional.

Por outro lado, temos uma outra visão econômica da vertente heterodoxa que acredita nos benefícios da integração regional só que com objetivos totalmente diferentes ao Mercosul que conhecemos hoje. Segundo eles, o ideal seria gerar dinheiro nas economias superavitárias e logo passar para as economias deficitárias a partir de uma entidade com princípios de um estado transacional.

Ambas correntes econômicas reconhecem a importância dos blocos regionais na hora de negociar com os países mais desenvolvidos. A grande diferença e importância encontra-se na articulação interna do tratado. Fazer uma integração econômica envolvendo uma união monetária, por exemplo, pode liberalizar setores específicos que não interessam para o desenvolvimento de cada país. Assim, nessa etapa de integração, o ideal seria a convergência de objetivos entre os membros, mas, se os países tiverem características muito diferentes (caso do Mercosul) isso constituiria um problema, dado que, quanto menor for o papel regulador do Estado menos autonomia ele terá para escolher políticas específicas quando necessário. Porém, essas diferenciações entre as vertentes econômicas não constituem objeto de estudo desse trabalho.

Segundo Baumann 2011, o exercício de integração criado a partir do Tratado de Assunção é único, em diversos sentidos. É provável que não exista outro grupo de países

de dimensões tão díspares e com pretensão de constituir uma União Aduaneira. Acordos comerciais que promovam a criação de “espaços econômicos comuns” entre países podem ser vistos, assim, como ferramentas para a promoção do desenvolvimento econômico. Na medida em que haja, entre dois países, semelhança na “preferência social” pelo crescimento do setor manufatureiro, ambos podem se beneficiar com a redução das barreiras no comércio bilateral (BAUMANN, 2011). Esse constitui o ponto de partida no primeiro momento dessa análise.

Este trabalho, está estruturado da seguinte maneira. Em seguida a esta introdução, o Capítulo I irá mostrar detalhadamente o desempenho comercial das quatro economias ano a ano. O intuito também é explicitar as razões internas/externas de cada Estado-Membro de modo a justificar as variações tanto positivas quanto negativas nos seus fluxos comerciais. Seguidamente, o Capítulo II, discute o desempenho em termos de crescimento do produto e a análise correspondente dos indicadores econômicos e sociais considerados agregadores a esta análise. O Capítulo III, pretende dar continuidade com maiores detalhes a relação entre crescimento e comércio regional. Mostra-se uma notável trajetória em termos de abertura comercial dos países do bloco, o investimento estrangeiro direto e formação bruta de capital fixo como sinalizadores da evolução dessa integração regional e transações com o resto do mundo. Seguidamente, foi adaptado o Modelo Gravitacional para blocos econômicos do Krugman e Obstfeld, com o fim de determinar os benefícios da melhoria de flexibilidade (ou vigência de acordos de tratamento diferenciado) do comércio sobre o fluxo de comércio entre as economias do Mercosul. E por fim, encontraremos as considerações finais do trabalho baseado nos resultados obtidos.

1.1 Metodologia

A metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, corresponde ao descritivo-analítico, começando pela análise dos *papers* condicentes ao tema, considerando que o objetivo central da investigação busca enxergar melhor a importância da criação de blocos econômicos para o desenvolvimento econômico da região envolvente.

O desenvolvimento do trabalho será pautado, primariamente, numa revisão de literatura acerca da trajetória do bloco econômico através dos seus fluxos comerciais e os principais indicadores econômicos e sociais. Além de compilar os dados disponíveis

relevantes para avaliar ao Mercosul como ferramenta de desenvolvimento econômico. Será realizado, também, uma revisão bibliográfica a respeito de artigos e pesquisas já realizadas sobre a integração regional do Mercosul.



Figura 1: Apresentação do Mercosul.

Fonte: Mercosul. Elaboração: Autor.

	Indicadores sócioeconômicos dos países do Mercosul-4			
	Argentina (ARG)	Brasil (BR)	Paraguai (PY)	Uruguai (UY)
Território	2.780.000 km ²	8.516.000 km ²	406.752 km ²	176.215 km ²
População	44,27 milhões	209,3 milhões	6,811 milhões	3,457 milhões
Língua Oficial	Espanhol	Português	Espanhol e Guaraní	Espanhol
IDH	0,83	0,76	0,7	0,8
PIB Pér Cápita	14.401,97 USD	9.821,41 USD	4.365,53 USD	16.245,60 USD
Moeda	Peso argentino	Real	Guaraní	Peso uruguaio

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos dos países do Mercosul.

Fonte: World Bank. Elaboração: Autor.

2. Capítulo I

No decorrer deste capítulo, iremos avaliar o esforço de integração das quatro economias que integram o Mercado Comum do Sul, dividindo o capítulo em pequenos períodos de tempo. Para isso, será apresentada de forma mais detalhada a trajetória do desempenho dos fluxos comerciais da região integrada e a abertura às transações com o resto do mundo. Já nos próximos capítulos será avaliado até que ponto houve desenvolvimento econômico baseado nos principais indicadores econômicos e sociais escolhidos. Posteriormente, tendo em vista isso, avaliar o Mercosul como ferramenta auxiliar deste progresso. Acordos comerciais que promovam a criação de “espaços econômicos comuns” entre países podem ser vistos, assim, como ferramentas para a promoção do desenvolvimento econômico. Na medida em que haja, entre dois países, semelhança na “preferência social” pelo crescimento do setor manufatureiro, ambos podem se beneficiar com a redução das barreiras no comércio bilateral (BAUMANN, 2011). Esse constitui o ponto de partida no primeiro momento dessa análise.

No dia 30 de novembro de 1985, em Foz do Iguaçu, os Presidentes do Brasil e da Argentina “expressaram a firme decisão política de querer acelerar a integração regional bilateral” e “explorar novos caminhos em busca de um espaço econômico regional latino-americano” (FERRER, 1996).

Esse processo de integração foi oficializado em 29 de março de 1991 após o Tratado de Assunção, que marcou o início do bloco econômico conhecido hoje como Mercado Comum do Sul (Mercosul) com a incorporação, inicialmente, do Paraguai e do Uruguai. O objetivo do Mercosul seria criar espaços comuns que gerassem oportunidades comerciais e de investimento através da integração competitiva das economias membros e externas.

O território da região integrada tem uma extensão de 14.869.775 km², no qual convivem diversos ecossistemas, possuindo uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo e o Aquífero Guarani, uma das mais importantes reservas de água doce do planeta. Além disso, existe uma vasta diversidade cultural que ultrapassa os 263. 838.000 habitantes, sendo considerada a quinta maior economia do mundo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desde seu início, o Mercosul tem fornecido como pilares fundamentais da integração os princípios de democracia e desenvolvimento econômico. Dessa forma o

tratado é fundamental em diferentes aspectos como: integração produtiva, dimensões migratórias, trabalhista, cultural e social. Tais questões são essenciais para auxiliar o desenvolvimento de uma região.

A partir de janeiro de 1995, seria, então, constituída plenamente a união aduaneira com a livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos - por meio da implementação da Tarifa Externa Comum (TEC), que determinou a cobrança máxima de tarifas em 20%.

Principais sócios exportadores do Mercosul - 2019

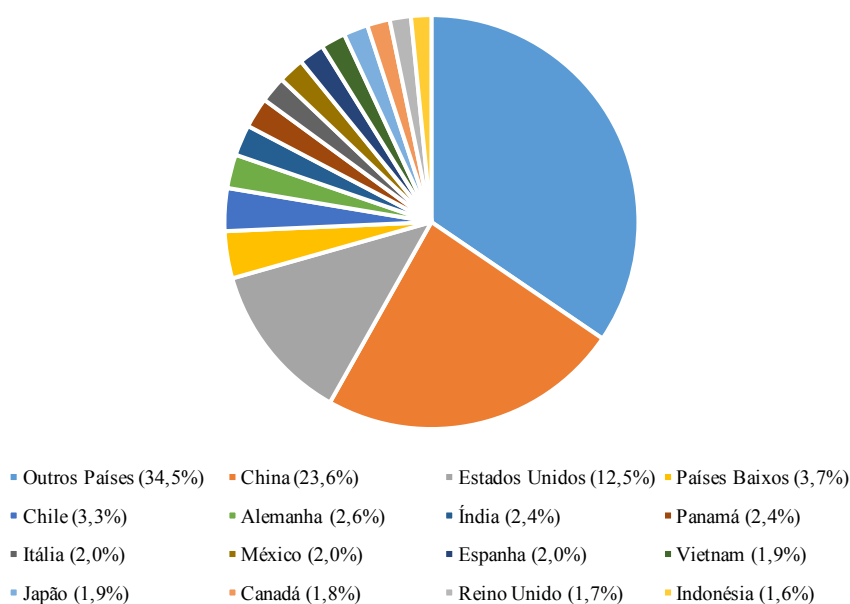


Gráfico 1: Principais sócios exportadores do Mercosul.

Fonte: Mercosul. Elaboração: Autor.

Principais produtos de exportação do Mercosul - 2019

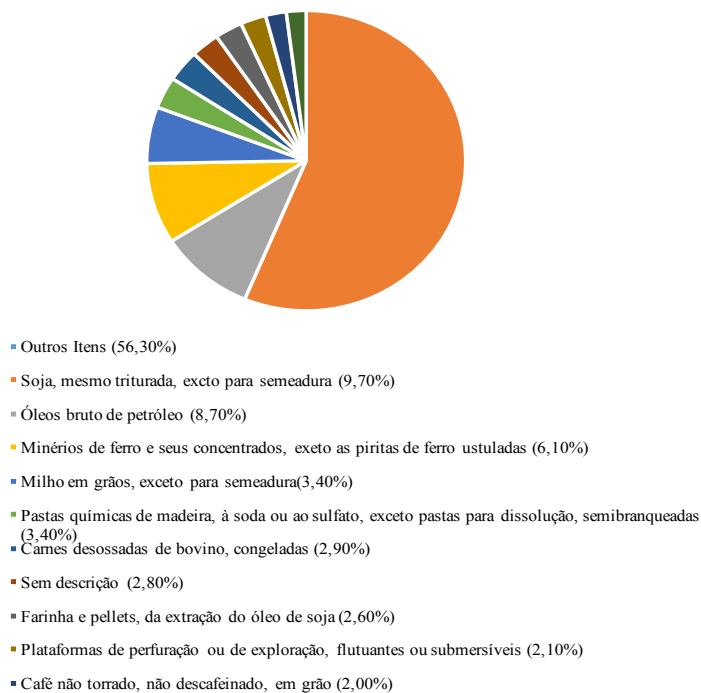


Gráfico 2: Principais produtos de exportação do Mercosul. Fonte: Mercosul. Elaboração: Autor.

Principais sócios importadores do Mercosul - 2019

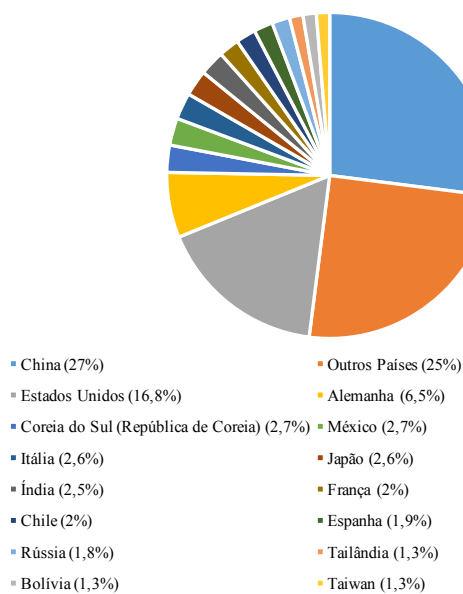


Gráfico 3: Principais sócios importadores do Mercosul. Fonte: Mercosul. Elaboração: Autor.

Principais produtos de importação do Mercosul -2019

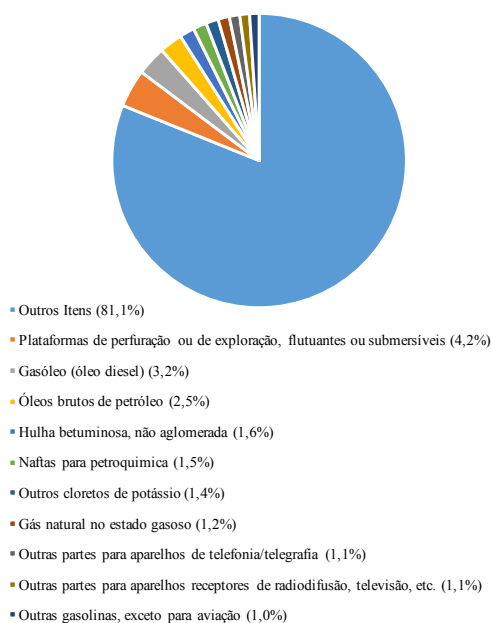


Gráfico 4: Principais produtos de importação do Mercosul.

Fonte: Mercosul. Elaboração: Autor.

2.1. Fluxos Comerciais

2.1.1. Período 1991-1995²

Os avanços foram observados rapidamente. A integração possibilitou o crescimento considerável o volume transacionado. Entre o início da década de 1990 e o fim da década seguinte, o volume das exportações aumentou quase seis vezes em valor. Isso quintuplica o comércio dos países da mesma região que não fazem parte do acordo e quadriplica as exportações mundiais do mesmo período. Houve por tanto, ganho relativo em termos de aumento do grau de interação entre as quatro economias (BAUMANN, 2011).

² Todos os dados foram extraídos do Informe do Mercosul elaborado pelo Banco Ibero-americano de Desenvolvimento e também se encontram na Tabela 2. O primeiro informe do BID foi divulgado em 1997. Sendo assim, os dados do período 1991-1995 são referentes à média.

Desde que o Tratado entrou em vigor, observou-se o dinamismo das importações e exportações. No caso das exportações, entre 1991 e 1995, as exportações cresceram a uma taxa anual maior em comparação a taxa correspondente às exportações mundiais. Além disso, houve um aumento da participação das exportações inter-regionais nas exportações totais.

Esse aumento não foi observado de maneira homogênea no resto dos países membros; as duas maiores economias, a Argentina e o Brasil, apresentaram um aumento na taxa das exportações (BID, 1997) de 36% i.a e 27,8% .a respectivamente. A taxa das exportações mundiais naquele período correspondia a 9,3% i.a.. Quanto ao Paraguai e Uruguai, as exportações também apresentaram um rápido crescimento - embora em menor proporção do que a Argentina e o Brasil - mas em um contexto de contração e mais devagar do que as exportações mundiais.

Como já exposto, a Argentina e o Brasil experimentaram grandes incrementos de concentração das exportações regionais. Contudo, em 1995, o Mercosul absorveu 56,8% das exportações totais paraguaias e 40% das exportações totais do Uruguai. Como previsível, as economias de menor dimensão são mais dependentes do comércio com seus pares, que chegam a absorver, em alguns casos, mais da metade do valor exportado pelos sócios menores (BAUMANN, 2011).

As importações inter-regionais cresceram a uma taxa (BID, 1997) de 28,7% ao ano e a região externa em um ritmo de 22,7% anual. Consequentemente, a participação dos provedores do Mercosul nas importações passou de 15,9% a 18,7%. Pode-se notar que essas taxas são mais elevadas do que a taxa de expansão do comércio mundial. O Paraguai e o Brasil apresentaram as maiores taxas de crescimento das importações inter-regionais. Por conseguinte, também foram líderes do grupo em relação à participação dos provedores da região nas importações totais.

Média 1991-1995				
	Exportações Totais	Importações Totais	Exportações IntraMercosul	Importações IntraMercosul
Argentina	15,02%	24,79%	27,80%	27,34%
Brasil	10,12%	23,90%	36,00%	31,68%
Paraguai	2,69%	21,70%	15,75%	31,04%
Uruguai	7,68%	16,62%	15,59%	19,17%
Mercosul	11,28%	23,72%	29,58%	28,70%

Tabela 2: Variação (%) da média dos fluxos comerciais do Mercosul 1991-1995. Fonte: BID e CEPAL (1996).

2.1.2. Período 1996-2000³

1996-2000						
Argentina						
	1996	1997	1998	1999	2000	Média
Exportações Totais	13,20%	6,90%	5,70%	-11,80%	3,20%	3,44%
Importações Totais	18%	8,10%	12,00%	-18,70%	-5,9%	2,70%
Exportações IntraMercosul	13%	16,13%	-8,30%	-19,00%	-0,60%	0,25%
Importações IntraMercosul	21,50%	18%	17,70%	-18,00%	0,90%	8,02%
Brasil						
	1996	1997	1998	1999	2000	Média
Exportações Totais	2,80%	11,10%	-5,20%	-6,10%	10,6%	2,64%
Importações Totais	7,50%	18,10%	-0,90%	-14,70%	14,3%	4,86%
Exportações IntraMercosul	20,60%	23,10%	20,60%	-17,00%	-0,80%	9,30%
Importações IntraMercosul	21,10%	7,50%	3,90%	-12,00%	3,70%	4,84%
Paraguai						
	1996	1997	1998	1999	2000	Média
Exportações Totais	25,50%	12,30%	-5,20%	-32,80%	3,5%	0,66%
Importações Totais	-5,00%	-12%	-27%	-30,60%	12,3%	-12,46%
Exportações IntraMercosul	36,80%	10%	-8,30%	-47,70%	-20,50%	-5,94%
Importações IntraMercosul	10,50%	5%	27,10%	-56%	12,10%	-0,26%
Uruguai						
	1996	1997	1998	1999	2000	Média
Exportações Totais	13,30%	9,30%	7,50%	-18,90%	-4,0%	1,44%
Importações Totais	5,70%	4,30%	6,20%	-11,90%	-8,9%	-0,92%
Exportações IntraMercosul	2%	17,20%	17,30%	-19%	-9,40%	1,62%
Importações IntraMercosul	1,20%	-1,20%	3,40%	-12%	-9,80%	-3,68%
Mercosul						
	1996	1997	1998	1999	2000	Média
Exportações Totais	6,40%	9,70%	4%	-8,80%	16,30%	5,52%
Importações Totais	9,70%	19,60%	2,30%	-16,40%	8,20%	4,68%
Exportações IntraMercosul	17,90%	18,50%	3,60%	-25%	16,80%	6,36%
Importações IntraMercosul	18,50%	22,50%	5,80%	-25%	14,20%	7,20%

Tabela 3: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 1996-2000.

Fonte: BID e CEPAL (2001).

Durante essa época, o comércio inter-regional continuou crescendo, mas em menores proporções que o ano precedente. As exportações totais do Mercosul cresceram a uma taxa de 6,4% i.a e as suas importações aumentaram em 9,7% i.a.

Em todos os países com exceção do Brasil, as taxas de crescimento das exportações foram elevadas. As exportações do Brasil cresceram em 2,8% ao ano e apresentavam desempenho positivo devido à forte expansão das suas exportações para o

³ Todos os dados foram extraídos do Informe do Mercosul do BID e encontram-se na Tabela 3.

Mercosul. Para a Argentina, Paraguai e Uruguai, o Mercosul agiu como principal fonte de dinamismo das exportações.

Em relação ao desempenho das importações, elas apresentaram um comportamento divergente ao das exportações. A Argentina, o Brasil e o Uruguai cresceram anualmente (BID, 1997) em 18%, 7,5%, 5,7% respectivamente. As importações paraguaias caíram 5% i.a em comparação ao período anterior. Porém, observa-se uma redução da participação uruguaia nas importações inter-regionais. No caso dos outros países, as importações do Mercosul superaram as do resto do mundo.

A crise instalada na região asiática em meados de 1997 acabou atingindo ao Mercosul no ano seguinte. Isso modificou drasticamente as tendências comerciais observada durante grande parte da década. O comércio interno e externo do bloco econômico sofreu a primeira queda desde a sua criação, experimentando um declive abrupto ao longo de 1999.

No período de 1998-1999, tiveram-se dois fenômenos que foram criando um ambiente extremadamente complexo para o Mercosul. Primeiramente, a crise brasileira de 2000 somado às dificuldades existentes nesse país para sustentar a paridade nominal do real e os efeitos negativos sobre o contexto financeiro e econômico da região. Segundamente, a forte e crescente deterioração da situação macroeconômica, financeira e política pela qual atravessou a Argentina desde o final do ano foram criando um cenário complexo para o Mercosul.

Até 1998, é evidente a importância do comércio inter-regional. O desempenho das exportações foi destacado até 1998 e posteriormente sofreu uma drástica queda a partir de 1999, que se estendeu até 2002. Já para 1999, o intercâmbio comercial na região do Tratado caiu três vezes em comparação ao comércio externo.

Em 1999, a economia Uruguai foi afetada também pela crise brasileira e a forte queda no nível de produção da Argentina. Tanto as exportações como importações uruguaias sofreram quedas.

A década de 2000 foi um período de maior relacionamento econômico com o exterior, expresso em um peso maior das transações com bens e serviços em relação ao produto nacional dos países. E como seria de se esperar, esse envolvimento com o setor

externo foi mais pronunciado nas economias menores, que apresentam maior grau de abertura (BAUMANN, 2011).

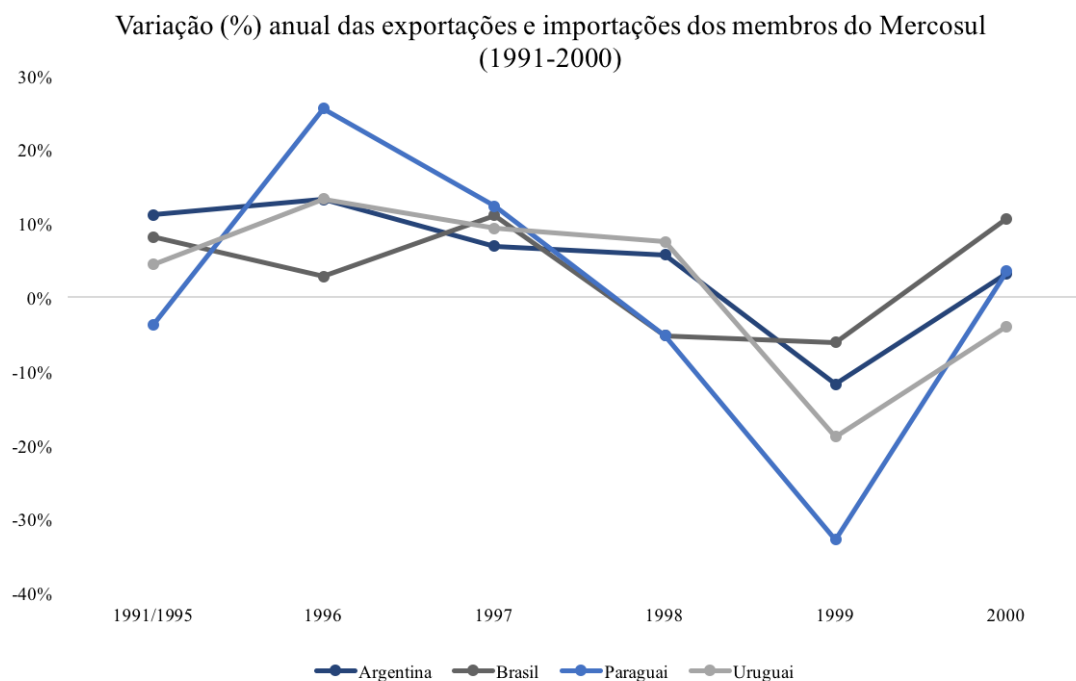


Gráfico 5: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 1991-2000.

Fonte: BID e CEPAL (2001).

2.1.3. Período 2001-2005⁴

O intervalo de 1999-2002 como falado anteriormente, foi considerado como uma das piores etapas que o bloco econômico atravessou. Começando pela crise brasileira que se instaurou em 1998 e seguida pela crise Argentina no final de 2000.

Ao longo de 2001, foi se agravando o cenário internacional, causado principalmente pelo câmbio. Contudo, a forte recuperação da paridade cambiária da Argentina perante o Brasil começava a caminhar em direção à retomada do cenário nacional.

⁴ Todos os dados foram extraídos do Informe do Mercosul do BID e também se encontram na Tabela 4.

Em 2001, o aumento do valor exportado pelo Mercosul pode ser explicado, em sua totalidade, pelo aumento das quantidades exportadas pela Argentina e pelo Brasil dado que, no caso dos demais países integrantes, houve uma retração nesse quesito.

O desempenho observado no intervalo de 1997-2002 exibe um crescimento médio das exportações de (BID, 2002) 1,3% ao ano. As importações se reduziram em 9,3% ao ano e o fluxo comercial sofreu uma queda de US\$ 40.000 milhões. Durante tal período, as exportações do Mercosul começaram a apresentar melhorias, devido, principalmente, às melhorias do desempenho brasileiro. Do lado das importações, o coeficiente apresentou melhorias significativas, mas em menores proporções que as exportações. Apesar disso, vale lembrar que essa recuperação também tem sido das economias externas como um todo.

O ano de 2003 abriu uma janela de oportunidades para o Mercosul. A convergência de políticas cambiárias dos países membros da região, a retomada da economia e a assunção de governantes explicitamente favoráveis ao comércio inter-regional foram os principais criadores desse cenário.

Em 2003, as exportações do Mercosul cresceram menos (BID, 2004) de 18,9% i.a, impulsionada pelo desempenho dos membros maiores. Brasil com 21,1% i.a e Argentina com 14,3% i.a.. Esse bom desempenho foi causado tanto pelos preços quanto pela quantidade exportada.

Simultaneamente, as importações totais cresceram (BID, 2004) em 10,2% i.a. Devido, principalmente, à Argentina, visto que as importações do período do Brasil aumentaram só em 2,2% i.a, o qual pode ser justificado pela recessão do primeiro ano do governo de Lula.

Para além disso, os preços das exportações aumentaram em 2003 em todos os países da região como resultado da melhoria da economia internacional. Esse período de expansão se instaurou desde o início de 2003 e continuou firme até 2005. Os países do Mercado Comum do Sul observaram nesse período não só o dinamismo econômico e comercial, mas também solvência nos padrões fiscais e monetários, regimes cambiários parecidos e paridades mais elevadas do que na década anterior, balanços positivos de conta corrente, entre outros.

Seguindo a análise, um acontecimento importante em 2004 foi a consolidação do Brasil como economia de maior capacidade produtiva e exportadora e, em termos relativos, a menor absorção das importações. Nessa época, também aconteceu a valorização do real perante o dólar, o que constitui o motor da dinâmica produtiva e comercial da região em conjunto.

Os processos de integração regional requerem, para que sejam sustentáveis ao longo do tempo, uma relativa estabilidade nas paridades das moedas dos países participantes (como forma de se evitar desequilíbrios comerciais recorrentes), disponibilidade de liquidez para viabilizar os negócios, recursos para financiar projetos que permitam superar as barreiras impostas pelas limitações existentes na infraestrutura, e que as respostas das economias participantes a eventuais choques externos não sejam incompatíveis entre si. Assim como também, a coerência nas reações da políticas macroeconômica a choques externos são obtidas quando existe entre os países um grau razoável de cooperação monetária (BAUMANN, 2009).

Em um cenário de crescimento mundial, no ano de 2005, foi observado um bloco mais sólido, com menor vulnerabilidade do setor externo, disciplina fiscal e baixa inflação em termos históricos. Os fluxos comerciais do Mercosul apresentaram em 2005 ótimos resultados, com crescimento tanto nas exportações (21,9% i.a.) e importações (21,1% i.a.), tendo um saldo comercial positivo (US\$ 54,7 bilhões). Esse aumento nas exportações vem da elevação dos preços das *commodities* e dos produtos industrializados (BID, 2005).

Esse ano foi o terceiro consecutivo em apresentar saldo positivo após vários períodos de instabilidade. Vale destacar que o desempenho do bloco foi superior ao do comércio mundial.

Variação % dos fluxos comerciais no período 2001-2005						
Argentina						
	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Exportações Totais	0,50%	-4,50%	14,30%	16,30%	16,90%	8,70%
Importações Totais	-19,60%	-55,70%	10,20%	61,60%	23,20%	3,94%
Brasil						
	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Exportações Totais	5,70%	3,70%	21,10%	31%	22,60%	16,82%
Importações Totais	-0,40%	-15%	2,20%	30,70%	17,20%	6,94%
Paraguai						
	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Exportações Totais	-16,00%	-4%	11,90%	31%	3,80%	5,34%
Importações Totais	-3%	-24,10%	23,50%	42,20%	22,30%	12,18%
Uruguai						
	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Exportações Totais	-7,30%	-9,80%	18,20%	32,90%	16,20%	10,04%
Importações Totais	-11,70%	-33,80%	11,50%	42,20%	24,60%	6,56%
Mercosul						
	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Exportações Totais	3,90%	-1,50%	18,90%	28%	21,90%	14,24%
Importações Totais	-6,50%	-28,60%	10,20%	38%	21,10%	6,84%

Tabela 4: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2001-2005.

Fonte: BID e CEPAL (2006).

Variação (%) das exportações e importações do Mercosul (2000-2005)

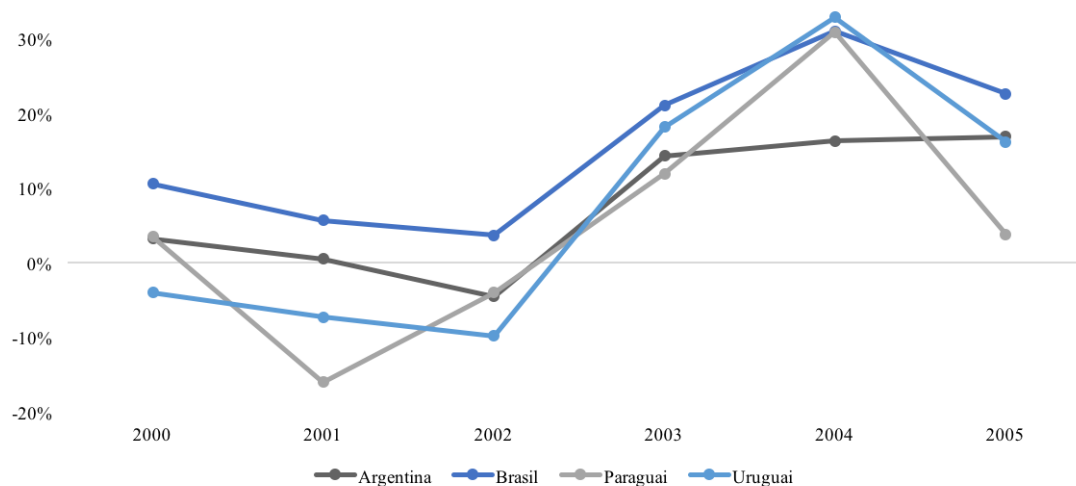


Gráfico 6: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2000-2005.

Fonte: BID e CEPAL (2006).

2.1.4. Período 2006-2010⁵

2006-2010						
Argentina						
	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportações Totais	14,10%	20,80%	23,90%	-22,26%	21,59%	11,63%
Importações Totais	19,10%	31,10%	30,33%	-30,22%	45,12%	19,08%
Exportações IntraMercosul	12,3%	34,30%	29,50%	-14,20%	23,80%	17,14%
Importações IntraMercosul	24,50%	41%	24,30%	-35,40%	47,70%	20,42%
Brasil						
	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportações Totais	16,20%	16,60%	23,44%	-21,92%	31,38%	13,14%
Importações Totais	24,20%	32,10%	44,85%	-27,62%	43,61%	23,43%
Exportações IntraMercosul	19,90%	37,70%	25,30%	-27,20%	42,80%	19,70%
Importações IntraMercosul	26,70%	35,20%	29,70%	-12,30%	30,80%	22,02%
Paraguai						
	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportações Totais	12,90%	46,10%	56,35%	-16,59%	71,17%	33,98%
Importações Totais	61,60%	24,20%	62,57%	-20,48%	49,48%	35,47%
Exportações IntraMercosul	62,70%	91,4%	20,40%	21,50%	-1,40%	38,92%
Importações IntraMercosul	27,40%	57,4%	41,90%	-29,70%	47,20%	28,84%
Uruguai						
	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportações Totais	15,70%	12,90%	29,48%	-10,21%	17,04%	12,98%
Importações Totais	21,10%	17%	90,88%	-28,20%	48,84%	29,92%
Exportações IntraMercosul	8%	45,80%	27,80%	-4,3%	41,20%	23,72%
Importações IntraMercosul	-2,90%	44,60%	52,30%	-20,6%	-0,20%	14,64%
Mercosul						
	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Exportações Totais	16%	23,80%	23,9%	-21,7%	29,3%	14%
Importações Totais	24%	22,50%	43,2%	-27,9%	44,1%	21%
Exportações IntraMercosul	22%	39,00%	26,50%	-21,1%	31,30%	20%
Importações IntraMercosul	14,30%	17,40%	29,80%	-25,1%	35,80%	14%

Tabela 5: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2006-2010.

Fonte: BID e CEPAL (2011).

Como visto anteriormente, essa melhoria que o bloco vivenciou desde 2003 seguia em vigência no ano de 2006. Ele ainda estava sendo impulsionado pela cotização dos principais produtos de exportação e outros fatores de ordem estrutural e externo que auxiliaram essa consistência no crescimento.

Dentre esses fatores externos, no começo de 2006, tanto a Argentina quanto o Brasil cancelaram antecipadamente a sua dívida com o Fundo Monetário Internacional. O Uruguai tinha abatido a dívida em 50% no período em análise.

Os Estados-Parte do bloco seguiram se expandindo a taxas superiores à média global (6,7% i.a). Cabe ressaltar que esse crescimento sustentado vinha das políticas

⁵ Todos os dados foram extraídos do Informe do Mercosul do BID e também se encontram na Tabela 5.

adotadas por cada um dos países, apesar de não existirem ações explícitas de coordenação de políticas macroeconômicas na região.

Entre 2006 e início de 2007, o Mercosul experimentava um dinamismo significativo nos fluxos comerciais inter-regionais (saldo de US\$ 25,8 bilhões) como também no resto do mundo. As exportações totais, inter-regionais e importações cresceram superando os valores da etapa inicial da integração (BID, 2007).

No período de 2006-2007, destaca-se a consolidação da economia brasileira. Começando pela posição superavitária no intercâmbio.

Foi no período em análise que o plano das negociações comerciais com terceiros países começou a ser discutido. Nesse caso, o Mercosul estava analisando os processos de integração da Bolívia e Venezuela. Foi apenas em 2008 que o Paraguai e Uruguai concordaram com a desgravação total e o livre acesso de produtos originários da Bolívia e a Venezuela.

Posteriormente, em 2007 e 2008, os resultados da balança comercial seguiram constituindo um fator dinâmico do bloco. Ainda em 2008, esse crescimento teve uma tendência marcada pela demanda doméstica, com uma leve contribuição relativa da variação das exportações. O comércio dentro do bloco aumentou nominalmente em 28,4% em relação ao ano anterior, superando as exportações do resto do mundo (23,4% i.a.), totalizando US\$41,6 bilhões. Sendo as exportações brasileiras reesponsáveis por 52,3% do total das exportações inter-regionais (BID, 2009).

Esse cenário de expansão vivenciado desde 2002/3 mudou no último trimestre de 2008, quando começou o aprofundamento da crise do cenário internacional, o que foi transmitido para o Mercosul via canais comerciais, o que impactaria especialmente no setor privado, anteriormente impulsionados pela queda da demanda externa e o investimento. Com isso, foi diminuído o nível de atividade econômica, verificando-se uma redução abrupta e sincronizada da demanda externa e nos preços dos produtos básicos de troca.

Seguindo a análise, a contração da demanda externa por produtos do bloco, causada pela diminuição de crédito internacional para as empresas, impactou negativamente, de maneira geral, o desempenho exportador da região. Tudo isso como repercussão da crise de 2009.

Ainda em 2009, a redução das importações foi mais significativa do que a das exportações, gerando um aumento do saldo comercial total da região. As exportações caíram em 22% com respeito ao ano anterior (US\$ 217 milhões). Por outra parte, as importações sofreram uma queda ainda maior em 27,5%. Essa redução está relacionada à diminuição da demanda por petróleo e derivados (BID, 2009).

O Brasil foi responsável por 70% das exportações totais do bloco, apresentando uma queda em comparação ao ano anterior. Essa redução na participação foi vigente desde 2005 e, por outra parte, existiu um aumento gradual na participação dos demais países. No que respeita às importações, a Argentina teve uma contração significativa o que, reduziu a sua participação nas importações totais do bloco.

Embora o Brasil seja responsável pelo maior superávit do bloco, foi a Argentina quem contribuiu de maneira significativa para o saldo comercial do período. Observou-se também que tanto o Paraguai quanto o Uruguai, as duas menores economias do bloco econômico, contribuíram para o crescimento do mesmo em 2009 através da redução do déficit, com US\$ 1.600 milhões e US\$ 713 milhões, respectivamente (BID, 2009).

As duas economias menores têm sido, ao longo do tempo, sistematicamente deficitárias às suas relações com seus dois sócios maiores. Já Brasil e Argentina apresentaram, nos últimos anos, trajetórias simetricamente díspares, com crescentes superávits na primeira e déficits recorrentes na segunda (BAUMANN, 2011).

Os fluxos comerciais do Mercosul atingiram novos patamares em 2010, US\$ 538 bilhões. As importações do período superaram amplamente às exportações o que levou a uma redução do superávit comercial (US\$ 26 bilhões). A participação do bloco no *market-share* aumentou seu desempenho em 1,82% com relação ao ano anterior.

Ao todo, o comércio inter-regional atingiu US\$ 44.007 milhões, ou seja, um crescimento de 34,7% tendo como base o ano anterior. Vale lembrar a importância da participação da China nas importações manufatureiras, a qual incentivou a utilização de outros instrumentos de defesa comercial por parte dos países membros, no caso do Paraguai, foi o principal provedor e o terceiro para o Uruguai. Assim como também, a participação dinâmica da China nas exportações do Mercosul ao igual que anos anteriores. Em 2010, a China foi o principal sócio do Brasil e o segundo sócio de maior importância para a Argentina (BID, 2011).

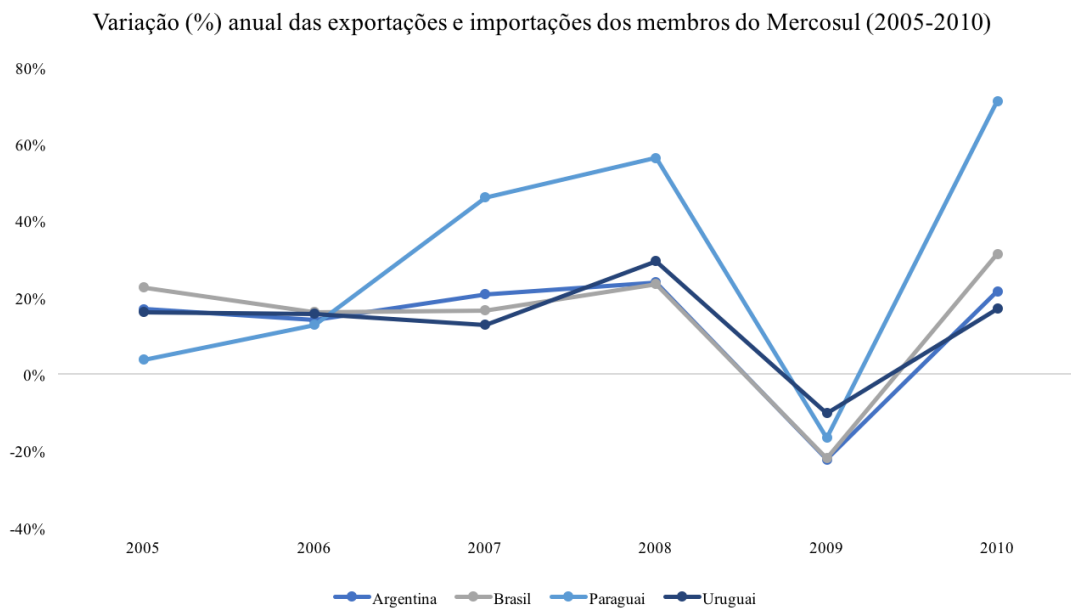


Gráfico 7: Variação (%) anual das exportações e importações dos membros do Mercosul (2005-2010).

Fonte: BID e CEPAL (2011).

2.1.5. Período 2011-2014⁶

No ano de 2011, a balança comercial de bens sofreu uma deterioração causada pelo aumento das importações totais em maior proporção que as exportações totais em relação ao período anterior. Com isso, obteve-se um saldo deficitário na conta corrente das três economias menores do bloco econômico que, mostraram-se menos dinâmicas.

As exportações inter-regionais cresceram, principalmente, pelo Brasil, cujas exportações aumentaram pelo bom desempenho dos produtos básicos (petróleo, minerais, combustíveis, etc). Como consequência desse bom desempenho brasileiro houve o incremento do superávit do comércio de bens em 21,3% i.a.

As exportações no ano em questão apresentaram maior crescimento do que as exportações globais (19,5%) e inclusive maior do que o aumento correspondente aos países em desenvolvimento (22,5%). Os fluxos comerciais do Mercosul com o resto do

⁶ Todos os dados foram extraídos do Informe do Mercosul do BID e também se encontram na Tabela 6.

mundo expandiram-se em 2011, sendo relevante lembrar o dinamismo e a participação do mercado asiático nesses resultados (BID, 2011).

Em 2012, foi registrada uma desaceleração na recuperação da economia mundial verificada depois da crise passada (2008/9). Destaca-se estagnação das vendas externas dos países em desenvolvimento. Sendo assim, o Mercosul enquadrado-se nesse cenário apresentando uma queda das exportações totais em 0,3% i.a. apesar de ter sido um ano de expansão para as economias do bloco. Fatores climáticos em 2012 afetaram o volume de venda dos grãos e oleaginosas fazendo com que as exportações totais do bloque recuassem em 2,6%.

Já as exportações, se reduziram principalmente por causa da diminuição da participação das duas economias maiores. Além disso, em 2012, observa-se uma trajetória díspar entre as economias. Argentina, Brasil e Paraguai reduziram suas vendas externas, enquanto Uruguai registrou uma taxa de variação positiva. No que tangencia as importações o ano de 2012 não se apresentou muito favorável. As importações totais aumentaram insignificadamente em contraposto ao aumento de 30% em 2011. Assim, como observado anteriormente, todos os países, exceto o Uruguai, tiveram saldo superavitário na balança comerciais de bens embora numa tendência de declínio.

No dia 29 de junho de 2012, foi assinada a declaração de suspensão do Paraguai nos direitos da participação do bloco econômico por parte dos mandatários dos outros três países membros.

O padrão do comércio internacional não deve ser determinado pelas vantagens absolutas e sim relativas. Os países especializam-se na produção do bem que utiliza de forma intensiva o fator de produção mais abundante em termos relativos e, a remuneração do mesmo certamente é beneficiado com o comércio internacional. Os ganhos são explicados pela dotação de fatores e tecnologia diferentes entre os países.

Além disso, dentro das vantagens, a livre mobilidade de mão de obra também é uma realidade dentro do bloco. O direito de residência facilita aos outros cidadãos do Mercosul a migrarem dentro do bloco sem a necessidade de grandes burocracias e recebendo os mesmos direitos trabalhistas que um cidadão naturalizado. Existe um acordo social laboral, mediante o qual são somados os aportes das aposentadorias das pessoas que tenham trabalhado dentro do Mercosul. No que tange à educação, tanto

primário como superior são reconhecidos automaticamente e, existe um programa que busca identificar universidades com programas parecidos para a respectiva convalidação.

Em 2013, foi perceptível a estagnação da demanda da região externa e o fraco desempenho da atividade dos integrantes do acordo. As exportações do Mercosul totalizaram US\$ 432 mil milhões, ou seja, 1% a mais do que no ano prévio. Nesse ano, o crescimento das exportações inter-regionais obedeceu especialmente ao aumento da atividade do setor regional de automotores - principalmente entre a Argentina e o Brasil - e contrastou com a estagnação das vendas externas. Por sua vez, as economias pequenas apresentaram maior dinamismo. Em relação às importações totais, elas cresceram a uma taxa baixa em relação ao período anterior mais sem conseguir superar o desempenho do biênio 2010-2011. Esse crescimento nas importações foi impulsionado pelo Brasil, cujos números atingiram valores nunca antes obtidos. Registrou-se um superávit da balança comercial de bens de US\$ 38,3 mil milhões, sendo esse o menor excedente desde 2002, inclusive menor do que os anos de 2009-2010, caracterizado pela crise financeira internacional. Isso apresenta-se como uma erosão da solidez externa que o bloco vinha apresentando na última década (BID, 2013).

O ano de 2014 desenvolveu-se em um cenário de fraqueza da demanda externa e interna e da queda dos principais produtos de exportação causado principalmente pela apreciação do dólar. Esse acontecimento pode ser explicado com a desaceleração da demanda dos principais sócios como a China e dos membros do próprio bloco. Já no que tange à própria região, a recessão brasileira e a estagnação da Argentina causaram uma queda nas trocas inter-regionais especialmente no setor automobilístico. As exportações dentro da região de integração diminuíram e alcançaram (BID, 2014) US\$ 51.625 milhões, 18,3% abaixo do valor máximo atingido em 2010. Aliás, a participação do Mercosul no comércio regional foi só de 13,1%, o menor nível atingido desde 2006.

As importações tiveram uma queda pela primeira vez depois da crise internacional. A compra de veículos automotores de passageiros provenientes da produção brasileira, caíram em 49%, o que explica a queda do fluxo comercial dentro do Mercosul. Por outro lado, no ano em questão, todos os Estado-Parte experimentaram uma diminuição no preço dos produtos com maior peso na cesta exportadora da região como soja, mineral de ferros e o petróleo, etc.

O mercado do Mercosul tem peso específico significativo para alguns setores. O Mercosul é importante em particular para as vendas de bebidas e fumo por parte do Uruguai, de óleos animais exportados pelo Paraguai e Uruguai, de maquinaria e material de transporte por parte da Argentina, do Paraguai e do Uruguai e de manufaturados diversos por parte do Paraguai e do Uruguai. Do lado das importações mais da metade das compras de alimentos e animais vivos nos quatro países provêm do mercado conjunto, assim como as importações de combustíveis, óleos animais e produtos manufaturados classificados por material por parte dos sócios menores são predominantemente originárias do Mercosul (BAUMANN, 2011). O Brasil, é a economia com maior presença dos bens manufaturados e vendas externas de *commodities* em suas exportações para os demais sócios. Soja e derivados, petróleo, carne aviária, *minério* de ferro em bruto ou semielaborados, açúcar em bruto.

Foi o Paraguai o único membro que não reduziu o seu volume no comércio regional. As estatísticas apontam que 40% do comércio do mesmo é direcionado ao bloco. Mercosul absorve 30% do comércio do Uruguai e menos de 10% do comércio regional brasileiro. O mais notável é o caso da Argentina, que aumentou de maneira pronunciada as compras de produtos provenientes dos quatro sócios.

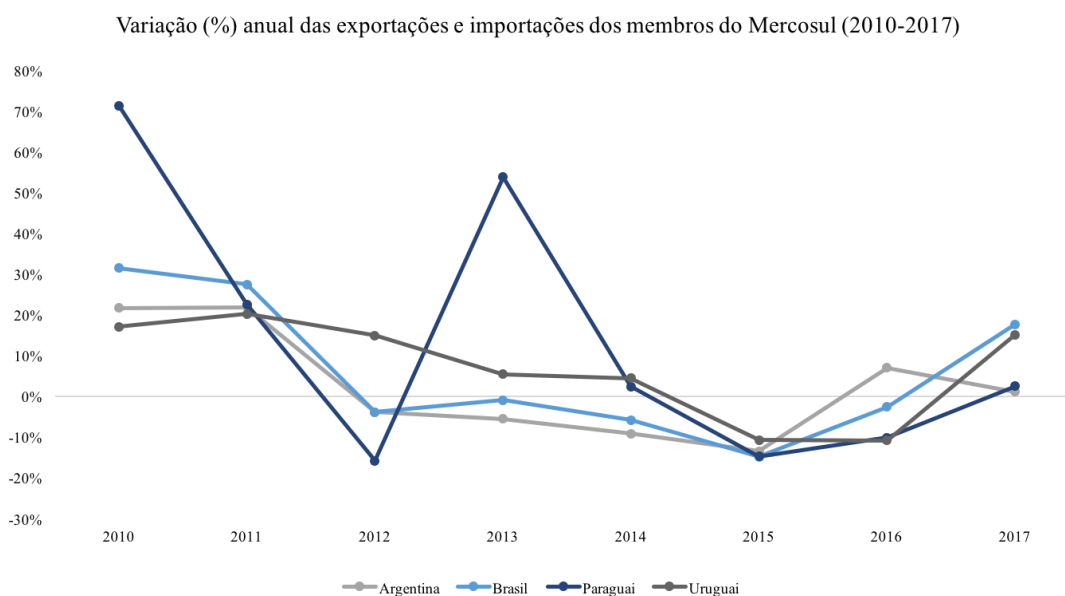


Gráfico 8: Variação (%) anual das exportações e importações dos membros do Mercosul (2010-2017).

Fonte: BID e CEPAL (2018).

2011-2014					
Argentina					
	2011	2012	2013	2014	Média
Exportações Totais	21,82%	-3,96%	-5,60%	-9,23%	0,76%
Importações Totais	35,22%	-2,42%	10,01%	-6,62%	9,05%
Exportações IntraMercosul	20,7%	-4,70%	-3,50%	-12,30%	0,05%
Importações IntraMercosul	23,10%	-20,2%	8,30%	-24,70%	-3,38%
Brasil					
	2011	2012	2013	2014	Média
Exportações Totais	27,43%	-3,97%	-1,03%	-5,88%	4,14%
Importações Totais	25,30%	-1,12%	7,91%	-3,83%	7,06%
Exportações IntraMercosul	23,20%	-18,10%	8,30%	-17,30%	-0,97%
Importações IntraMercosul	15,60%	-2,50%	1,80%	-11,10%	0,95%
Paraguai					
	2011	2012	2013	2014	Média
Exportações Totais	22,52%	-15,92%	53,79%	2,33%	15,68%
Importações Totais	21,06%	-2,06%	4,90%	-1,52%	5,60%
Exportações IntraMercosul	16,30%	7,8%	5,40%	4,10%	8,40%
Importações IntraMercosul	23,00%	-9,5%	8,70%	2,40%	6,15%
Uruguai					
	2011	2012	2013	2014	Média
Exportações Totais	20,21%	14,87%	5,33%	4,41%	11,20%
Importações Totais	28,26%	11,91%	7,56%	-0,35%	11,84%
Exportações IntraMercosul	11,2%	-3,10%	0,80%	-7,3%	0,40%
Importações IntraMercosul	33,90%	-6,40%	-7,80%	-1,9%	4,45%
Mercosul					
	2011	2012	2013	2014	Média
Exportações Totais	26,0%	-3,8%	-1,1%	-6,1%	3,7%
Importações Totais	26,9%	-1,1%	8,2%	-4,2%	7,5%
Exportações IntraMercosul	21,20%	-10,80%	2,90%	-13,3%	0,0%
Importações IntraMercosul	20,70%	-11,20%	4,20%	-14,8%	-0,3%

Tabela 6: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2011-2014.

Fonte: BID e CEPAL (2016).

2.1.6. Período 2015-2018⁸

O crescimento da economia mundial continuou sendo tímido e irregular em 2015. Os fluxos de troca dos mercados do Cone Sul sofriam altas pressões inflacionárias, principalmente os produtos básicos, os quais representavam a principal cesta de exportação dos países membros.

⁸ Todos os dados foram extraídos do Informe do Mercosul do BID e também se encontram na Tabela 7.

Tanto as exportações como importações recuaram de maneira generalizada. Os fluxos comerciais do bloque, tanto externos como internos, se deterioraram com a combinação da fraca demanda global e esfriamento das economias.

Em 2015, as exportações totais encontravam-se 33% abaixo do máximo obtido em 2011. A desaceleração do crescimento econômico de países desenvolvidos e da China, além da longa recessão brasileira, que gerava impactos contrativos no nível de atividade interno, tiveram grande significância no resultado das exportações e na conjuntura econômica. Pode-se afirmar que a maior parte da redução do comércio inter-regional é explicado pela diminuição do intercâmbio entre a Argentina especialmente com o desmoronamento do mercado automobilístico. Em 2015, as importações totais se reduziram consideravelmente o que ao mesmo tempo causou um saldo maior na balança comercial de bens.

O ingresso da Bolívia ao Mercosul foi respaldado pelo Protocolo de Adesão no dia 17 de julho de 2015, outorgando direitos e obrigações junto com o bloco. Esses cumprimentos ainda estão no prazo estabelecido para o processo ser culminado.

No ano de 2016, as exportações inter-regionais no Mercosul totalizaram US\$ 35.326 milhões, o que significou uma queda de 0,1% com respeito ao ano anterior. A decadência do comércio inter-regional é explicado por meio do desempenho das exportações argentinas que caiu em 10% no período, especialmente aquelas dirigidas ao Brasil (BID, 2016).

As importações em 2016 diminuíram, constituindo o terceiro ano de queda do mesmo. A Argentina foi o único país em aumentar as suas compras do bloco, tendo crescido em 6,9%. Depois de vários anos de baixo crescimento, entre o final de 2016 e o ano de 2017, o perfil da atividade econômica de vários países-chaves da economia mundial começaram a melhorar, assim como a recuperação do volume do comércio mundial e da retomada do comércio regional asiático. O bom desempenho da economia mundial influenciou positivamente o Mercosul. Além disso, foram controladas as fortes tendências deflacionárias que gravitaram os preços dos produtos básicos, o que impulsionou a melhorar a retomada das exportações do bloco.

Em 2017 as exportações totais cresceram revertendo a queda de 2% do ano anterior. O Brasil encabeçou esse aumento, incrementando suas vendas externas em 17,5% i.a. As exportações totais de 2016 estavam 27,1% abaixo do máximo obtido em

2011. Essa recuperação levaria a um crescimento positivo no ano em questão puxada principalmente pelo aumento generalizado dos preços. O comércio intra-Mercosul estava em expansão, liderada principalmente pelo aumento das exportações brasileiras e uruguaias. O mesmo respondeu elasticamente à melhoria do desempenho da atividade crescendo por encima das exportações da região externa. Sendo o principal motor dos fluxos a demanda das três economias de menor escala. Também foi percebida a mudança na composição das cestas de exportação e importação (BID, 2017).

Desde 2015, prevaleceu uma tensão inflacionária, que ficou menor em todos os países no ano de 2017. Essa evolução observada em 2017 rompeu como tradicional saldo negativo da balança dos membros do Mercosul.

O processo de incorporação da Venezuela remonta a 2006, quando a mesma foi inscrita ao Protocolo de Adesão (PAB). Embora o instrumento tenha entrado em vigência só a partir de 2012, no meio da crise originada com a suspensão do Paraguai. A partir de então, a Venezuela adquiriu status de Estado-Parte do bloco com todos os direitos e obrigações. Porém, o PAB estabelecia uma série de compromissos a serem realizados em um prazo de quatro anos. Para a maioria dos membros do bloco, o não cumprimento dos compromissos estabelecidos no PAB tornava controverso o exercício da PPT (Presidência Pro Tempore)⁹ pela Venezuela durante o segundo semestre de 2006. Mas foi somente, no dia 5 de agosto de 2017, que suspenderam todos os direitos e obrigações da Venezuela inerentes a sua condição de membro do Mercado Comum do Sul.

⁹ A Presidência Rotativa Pro-tempore do Mercosul é a representação jurídico-político máxima pro-tempore do Mercado Comum do Sul (Mercosul). O cargo é exercido durante o período de seis meses por um chefe de Estado de um dos países membros.

2015-2018					
Argentina					
	2015	2016	2017	2018	Média
Exportações Totais	-13,53%	6,92%	1,03%	2,30%	-0,82%
Importações Totais	-8,11%	-11,36%	15,05%	-0,40%	-1,21%
Exportações IntraMercosul	-25,7%	-9,90%	4,40%	18,20%	-3,25%
Importações IntraMercosul	-9,30%	6,9%	31,40%	-6,90%	5,53%
Brasil					
	2015	2016	2017	2018	Média
Exportações Totais	-14,93%	-2,70%	17,58%	11,90%	2,96%
Importações Totais	-24,97%	-20,58%	10,44%	15,70%	-4,85%
Exportações IntraMercosul	11,90%	2,10%	23,00%	-7,90%	7,28%
Importações IntraMercosul	-26,40%	-9%	1,10%	72,60%	9,58%
Paraguai					
	2015	2016	2017	2018	Média
Exportações Totais	-14,82%	-10,18%	2,39%	-14,40%	-9,25%
Importações Totais	-13,39%	-4,33%	25,59%	15,80%	5,92%
Exportações IntraMercosul	-13,70%	20,5%	2,30%	24,70%	8,45%
Importações IntraMercosul	-19,40%	-6,4%	15,50%	6,90%	-0,85%
Uruguai					
	2015	2016	2017	2018	Média
Exportações Totais	-10,78%	-10,93%	15,08%	-3,60%	-2,56%
Importações Totais	-14,24%	-13,94%	2,27%	6,40%	-4,88%
Exportações IntraMercosul	-24,9%	6,70%	6,10%	-9,3%	-5,35%
Importações IntraMercosul	-16,30%	-11,14%	6,10%	2,3%	-4,76%
Mercosul					
	2015	2016	2017	2018	Média
Exportações Totais	-14,6%	-1,2%	13,8%	9,3%	1,8%
Importações Totais	-21,4%	-18,0%	11,7%	11,7%	-4,0%
Exportações IntraMercosul	-18,00%	-0,10%	13,90%	2,9%	-0,3%
Importações IntraMercosul	-18,60%	-2,50%	16,50%	20,9%	4,1%

Tabela 7: Variação (%) dos fluxos comerciais do Mercosul 2015-2018.

Fonte: CEPAL (2019).

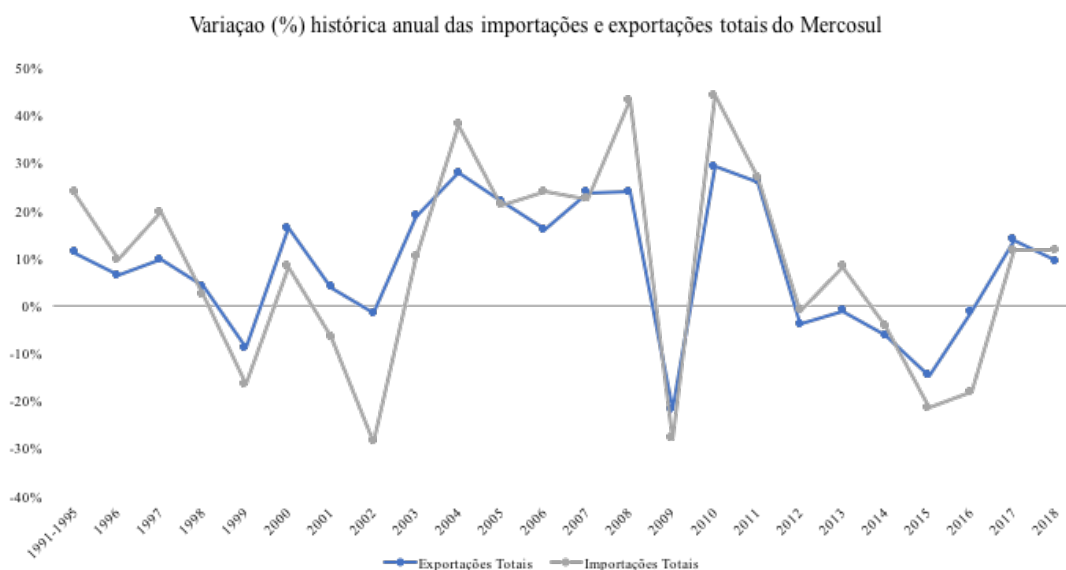


Gráfico 9: Variação (%) histórica anual das importações e exportações totais do Mercosul.

Fonte: CEPAL (2018) e Mercosul (2018).

2.2. Balança comercial de bens e serviços (US\$ preços correntes)

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1991	3.029.889.879	4.600.000.000	876.176.219	317.401.497
1992	-3.511.003.028	9.947.500.000	727.943.294	105.872.454
1993	-5.692.332.332	6.160.807.453	452.142.646	-64.949.380
1994	-7.914.860.000	-15.642.109	-113.233.109	-107.506.295
1995	-1.059.485.000	-14.822.283.197	497.146.770	-20.079.068
1996	-1.767.000.000	-18.498.238.578	239.398.217	-38.667.051
1997	-6.485.300.000	-23.041.884.305	100.173.387	-668.926.243
1998	-7.530.100.000	-20.535.751.876	710.589.187	-710.855.298
1999	-4.900.400.000	-11.102.893.967	709.670.145	-765.361.936
2000	-1.846.455.600	-14.836.530.031	709.972.711	-757.170.700
2001	3.508.536.600	-12.266.271.479	737.391.728	-564.307.851
2002	14.670.786.469	4.281.225.391	1.116.038.376	165.220.624
2003	14.311.606.659	12.401.305.436	1.012.334.050	374.094.021
2004	11.530.324.282	22.845.588.220	1.084.790.238	376.087.086
2005	11.805.942.344	30.323.123.686	1.091.490.578	335.162.763
2006	13.069.507.212	29.983.077.415	1.054.564.668	-269.524.105
2007	12.594.785.133	19.038.611.011	1.383.632.561	-241.005.603
2008	13.446.803.975	-3.214.747.410	872.918.511	-1.458.199.844
2009	16.864.736.859	-6.721.979.494	1.136.150.341	254.557.604
2010	12.270.934.023	-22.994.542.974	789.717.377	397.588.450
2011	8.971.758.595	-20.128.527.021	666.479.245	-193.161.606
2012	10.642.160.447	-33.506.732.886	396.971.919	-1.651.684.982
2013	-549.718.918	-56.911.553.267	1.431.148.559	-1.732.595.452
2014	2.127.192.191	-65.366.765.831	805.358.921	-1.146.037.168
2015	-6.393.090.843	-20.783.912.952	944.476.021	-198.467.190
2016	-5.294.755.173	7.181.713.958	2.076.986.543	813.950.210
2017	-16.940.964.879	20.585.872.031	1.941.801.725	1.756.995.291

Tabela 8: Saldo comercial dos países do Mercosul (US\$ preços constantes).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1991-1995	-3.029.558.096	1.174.076.430	488.035.164	46.147.842
1996-2000	-4.505.851.120	-17.603.059.752	493.960.730	-588.196.246
2001-2005	11.165.439.271	11.516.994.251	1.008.408.994	137.251.328
2006-2010	13.649.353.440	3.218.083.710	1.047.396.692	-263.316.700
2011-2017	-1.062.488.369	-24.132.843.710	1.180.460.419	-335.857.271

Tabela 9: Média do saldo comercial dos países do Mercosul (US\$ preços constantes).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

3. Capítulo II

O seguinte conteúdo busca embasar a trajetória do Mercosul através, da análise do desempenho dos principais indicadores econômicos e sociais para que consigamos perceber os principais desenvolvimentos e tendências em cada um dos Estados Parte. A seguinte seção, discutirá o desempenho em termos de crescimento do produto e tentar explicar as vertentes remontado aos acontecimentos de cada fase. Abrangendo o período desde o início do bloco econômico até o ano de 2018.

3.1. PIB real

	Variação (%) do PIB dos países do Mercosul				
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Total Mercosul
1991	9,13	1,51	3,49	3,54	4,42
1992	7,94	-0,47	1,70	7,93	4,27
1993	8,21	4,67	4,94	2,66	5,12
1994	5,84	5,33	5,32	7,28	5,94
1995	-2,85	4,42	6,82	-1,45	1,74
1996	5,53	2,21	1,57	5,58	3,72
1997	8,11	3,39	4,24	8,55	6,07
1998	3,85	0,34	0,07	4,52	2,19
1999	-3,39	0,47	-1,37	-1,94	-1,56
2000	-0,79	4,39	-2,31	-1,93	-0,16
2001	-4,41	1,39	-0,83	-3,84	-1,92
2002	-10,89	3,05	-0,02	-7,73	-3,90
2003	8,84	1,14	4,32	0,81	3,78
2004	9,03	5,76	4,06	5,00	5,96
2005	8,85	3,20	2,13	7,46	5,41
2006	8,05	3,96	4,81	4,10	5,23
2007	9,01	6,07	5,42	6,54	6,76
2008	4,06	5,09	6,36	7,18	5,67
2009	-5,92	-0,13	-0,26	4,24	-0,51
2010	10,13	7,53	11,14	7,80	9,15
2011	6,00	3,97	4,25	5,16	4,85
2012	-1,03	1,92	-0,54	3,54	0,97
2013	2,41	3,00	8,42	4,64	4,62
2014	-2,51	0,50	4,86	3,24	1,52
2015	2,73	-3,55	3,08	0,37	0,66
2016	-1,82	-3,31	4,31	1,69	0,22
2017	2,85	1,06	5,21	2,66	2,95

Tabela 10: Variação (%) do PIB dos países do Mercosul.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

	Crescimento médio do PIB em %					
	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2017
Argentina	5,65	2,66	2,28	5,06	1,52	0,52
Brasil	3,09	2,16	2,91	4,51	1,17	-1,12
Paraguai	4,45	0,44	1,93	5,49	4,01	4,76
Uruguai	3,99	2,96	0,34	5,97	3,39	2,17

Tabela 11: Crescimento médio do PIB 1991-2017.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

Observa-se que as economias dos países do Mercosul, tiveram, nessas décadas, desempenho superior ao obtido nos anos 1980, a chamada “década perdida”, mas certamente sua trajetória não foi nada brilhante. Igualmente, nesse período ocorreram grandes transformações na política macroeconômica desses países. Várias reformas econômicas foram implementadas. Observaram-se diferentes estratégias de estabilização, resultando em trajetórias variadas de crescimento, com períodos de rápida expansão e quedas abruptas no produto interno desses países. (BAUMANN, 2010)

Percebe-se na tabela que, foi o período de 2006-2010 onde as economias do bloco regional atingiram sua melhor fase. No caso das economias menores, trata-se do melhor desempenho até hoje. Importante lembrar que a retomada da economia pós crise 2009 foi um salto muito grande para a maioria dos países. Ainda assim, no agregado, é na década mais recente que o PIB dos países apresentaram crescimento na média. Recentemente, observa-se como as duas economias maiores vieram atravessando períodos de recessão causados especialmente por instabilidades políticas.

Um conjunto de preferências comerciais diferenciadas só é sustentável ao longo do tempo se os agentes econômicos nos países envolvidos tiverem clara percepção de que existem vantagens derivadas dessa concessão de tratamento diferenciado a outro país. Vimos que no caso do Mercosul os indicadores agregados indicam desequilíbrio comercial recorrente e diferentes desempenhos em termos de crescimento do produto. Isso é tanto mais fortemente percebido pelos agentes econômicos quanto mais informados estes forem, em relação ao processo. (BAUMANN, 2010)

Média do PIB Per Capita (US\$ preços correntes)				
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1991-2000	7412,67	4037,58	1756,41	5931,21
2001-2010	6333,56	5943,46	2502,45	6679,64
2011-2018	13021,29	10794,64	5601,75	15991,25

Tabela 12: Média do PIB Pér Cápita (US\$ preços correntes).

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

Taxa de crescimento médio anual do PIB Per Capita				
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1991-2000	3,55%	1,93%	0,55%	7,85%
2001-2010	8,60%	12,90%	11,48%	7,79%
2011-2018	2,29%	-2,00%	4,25%	4,95%

Tabela 13: Taxa de crescimento média anual do PIB Pér Cápita.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

Se levarmos em consideração que as populações desses países cresceram entre 1991 e 2018; segue-se que esse desempenho certamente afetou o nível de renda *per capita*, a variável indicativa básica do grau de desenvolvimento econômico de forma diferenciada nas quatro economias.

As tabelas 12 e 13 mostram o valor e o ritmo de crescimento médio anual do produto *per capita* nos quatro países. Comparando-se 1991 e 2018 – duas últimas linhas da tabela 12 – chama a atenção que foram as economias menores que minimamente duplicaram suas taxas de crescimento. No caso do Paraguai foi um crescimento de 3,6% e do Uruguai, de 4,8%. Para as duas economias maiores, a trajetória já apresentou cifras melhores do que as atuais. Para o Brasil, o período 2001-2010 foi muito mais favorável. Atualmente a sua taxa de crescimento médio apresenta valores negativos sendo a única economia da região integrada onde ocorre queda significativa no ritmo de crescimento desta variável.

Comparando-se entre as quase três décadas, o período anterior (2001-2010) foi positiva em termos de crescimento médio do PIB per capita para todas as quatro economias. Destacando-se o desempenho do Uruguai quem, possui hoje, o melhor PIB

per capita do bloco econômico. A economia uruguaia tem na atualidade, duas vezes o produto per capital do Brasil e três vezes a do Paraguai.

Pelo menos, ao analisar este indicador, se considerarmos a década mais recente, podemos afirmar que as economias menores se encontram salvaguardadas das crises recentes que atravessam os sócios maiores. Percebemos também que o desempenho destas, é independente das economias maiores. Contrariando a afirmação de que em processos de integração como o Mercosul, os sócios maiores tendem a se beneficiar em maior magnitude do que as economias menores.

3.1.1. Mercosul-4¹⁰

Faz-se importante lembrar o contexto de alta volatilidade e incertezas do desempenho macroeconômico no qual o bloco econômico foi concebido. Durante os primeiros anos de vigência do mesmo, os Estados-Parte foram caracterizados por duas tendências significativas. A primeira, corresponde a uma melhoria nos desempenhos de crescimento e inflação dado um cenário de relativa fraqueza fiscal e vulnerabilidade externa. E, a segunda, a redução da disparidade no comportamento do nível de atividade e os preços, dado um contexto de uma estabilização das paridades bilaterais reais. (BID, 1993)

No biênio 1992-1993, a economia brasileira sofreu um período de alta inflação e estagnação. Foi naquele então que, a economia argentina agiu como “amortecedor” da queda da demanda interna.

Em 1995, a crise instaurada no México conhecida como “crise do peso mexicano” atingiu severamente o desempenho argentino. Por outro lado, o Brasil, que passava por uma fase de crescimento consolidado, permitiu moderar o impacto da crise sobre o desempenho do bloco como um todo.

¹⁰ Dados referentes às economias fundadoras do acordo regional. A República Bolivariana de Venezuela encontra-se suspensa em todos seus direitos e obrigações inerentes a sua condição de Estado Parte do Mercosul, conforme ao disposto no segundo parágrafo do Artigo 5º do Protocolo de Ushuaia.

O ano de 1997, a situação macroeconômica do Mercosul continuava sendo caracterizada pela melhoria de desempenho em relação aos níveis de atividade. O PIB da sub-região, cresceria 4,9% i.a. ao ano, contra 1,5% i.a. em 1995 e, 3,3% i.a. em 1996.

Desde meados de 1998, a situação da economia mundial vinha causando impactos negativos no desempenho produtivo, comercial e financeiro do Mercosul. A crise asiática retardou o crescimento do produto em 1998, em torno de apenas 1,2% i.a. o que corresponde à sub-região. O aumento das importações provenientes da Argentina (carros e veículos de carga) amorteceram a contração do mercado automobilístico brasileiro evitando assim quedas maiores no produto do bloco. Essa crise do setor brasileiro foi causada principalmente pelo aumento da taxa de juros doméstica. A redução do ritmo de crescimento em 1998 foi generalizada. (BID, 1998)

O cenário econômico sub-regional atravessou um dos piores anos da década, os quatro membros do bloco econômico atravessaram simultaneamente a fase decadente do ciclo econômico, apresentando uma convergência negativa nunca antes vista. (BID, 1999). Aliás, percebe-se a estagnação econômica das duas economias menores.

O triênio 1999-2001, foi caracterizado como o principal período de crise do processo de integração do Mercosul. A modificação do regime cambial¹¹ no Brasil e a situação econômica Argentina, comprometeram consideravelmente o desempenho do bloco regional. Além de outros fatores adversos: contração da oferta internacional de crédito, o declínio do nível de atividade de outros países da América Latina, a queda dos preços internacionais dos *commodities* e o esfriamento do comércio mundial. (BID, 2000)

Para o ano 2000, todas as variáveis macroeconômicas do Brasil, mostraram sua evolução positiva. Enquanto, os outros Estados-Membro continuavam na recessão e estagnação respectivamente.

¹¹ No regime flutuante (flexível) a taxa de câmbio oscila exclusivamente em função da oferta e demanda no mercado.

O Brasil até 1999, possuía um regime de câmbio fixo. Naquela época, US\$ 1 valia R\$ 1.

Em 2002, iniciou-se um fortalecimento da economia mundial que se estendeu até 2003. A produção industrial apresentou uma forte expansão acompanhada pelo aumento do comércio mundial. (BID, 2003)

Desde finais de 2002 até meados de 2003, a economia brasileira atravessou por uma fase recessiva que foi compensada pela forte recuperação da economia Argentina. Deste último, tanto o PIB quanto o consumo privado gozaram de valores positivos e um crescimento consolidado.

Durante 2004, a economia mundial apresentou a maior taxa de crescimento dos últimos trinta anos. Um outro acontecimento importante do biênio 2004-2005 tem sido a consolidação do Brasil como uma economia de maior capacidade produtiva e exportadora e, em termos relativos, menor absorção das importações. (BID, 2005)

Mas não foi só o caso do Brasil senão, os outros sócios do bloco regional também tiveram um desempenho macroeconômico destacado. Reduzindo assim as crises externas e financeiras acontecidas no passado.

Para 2006, a forte demanda mundial seguiu impulsionando as exportações dos Estados Parte do Mercosul ao exterior e manteve os preços dos produtos de exportação em níveis historicamente altos. Essa fase expansiva se estendeu ainda em 2007, quando o PIB do Mercosul cresceu, em média, 7,3%. O ritmo de crescimento tido em 2007 poderia ser comparado com a primeira metade dos anos noventa. O crescimento da Argentina e do Uruguai supera o do Brasil e Paraguai. A demanda interna foi o principal motor desse crescimento, dado um custo mais baixo do crédito e um aumento da massa salarial que incentivaram consumo e investimento. (BID, 2007)

Dado esse período de expansão para as economias do Mercosul, podemos destacar novamente duas tendências; a primeira seria o aumento da elasticidade-produto e, por outro lado a diminuição da elasticidade das exportações. Isso, reflete o aumento da importância da formação bruta de capital como motor do crescimento. Sem esquecer o papel da demanda doméstica nessa expansão. (BID, 2008)

Nos últimos meses de 2008 a fase expansiva do Mercosul iniciada em 2002-2003 foi interrompida. O PIB, decresceu em 0,5% i.a. explicado principalmente pela queda da demanda externa e o investimento. Além disso, as exportações netas tiveram um papel significativo para amortecer a recessão.

Depois da crise de 2009, o PIB do bloco econômico cresceu em 7,9% i.a. Na primeira fase da recuperação pós crise, a meados de 2010, correspondeu à demanda interna o papel principal da expansão do crescimento, destacando-se o consumo privado e o investimento.

Como foi visto, o crescimento da demanda externa tem sido de menor magnitude entre 2007-2008. Durante 2011, o PIB dos países do Mercosul recuou em relação ao período anterior e, para 2012, essa desaceleração continuou, porém não de maneira homogênea.

O resultado de 2013 contrasta o desempenho dos dois anos anteriores. Tanto para a Argentina, Brasil e Uruguai, a contribuição negativa do setor externo (bens e serviços) foi compensada pela demanda interna dinamizada pela expansão fiscal. Já o caso do Paraguai foi diferente, impulsionado principalmente pelo setor externo. Contudo, essas modalidades de crescimento não se consolidariam em 2014, dado principalmente pela fraqueza da demanda externa. (BID, 2014)

Além do mais, em 2013, a desaceleração da demanda mundial e em particular o menor ritmo de expansão da economia chinesa (principal demandante de bens primários exportados pelo bloco) se soma ao fato de uma maior pressão sobre os preços dos produtos básicos.

Num contexto de fraqueza dos indicadores macroeconômicos, os países do bloco utilizaram medidas fiscais expansionistas durante 2014 e, conseqüentemente observa-se um deterioro nas contas públicas com exceção do Paraguai. No caso brasileiro, foi instaurado um programa de ajuste fiscal para promover a confiança dos investidores que teve efeitos sobre o nível de produção e, também, a desvalorização do real. (BID, 2015)

Num panorama externo, os riscos estão relacionados a instabilidade da demanda internacional que impacta sobre a produção e os preços de exportação, assinalando preços menores do que em períodos anteriores.

Observando-se o período de 2015 e começos de 2016, o panorama macroeconômico das economias do Mercosul mostraram tendências de agravo, com exceção do Paraguai que manteve sua taxa de crescimento positiva e crescente. Por sua vez, as contas fiscais, foram-se deteriorando ainda mais para o Brasil no período em questão. (BID, 2016)

O ano de 2016 foi recessivo para as duas economias maiores. No caso do Brasil, foi o segundo ano consecutivo e preocupante. Outro fato comprometedor para ambas é, os saldos negativos do setor externo que afetam os resultados desde 2008.

Em 2017, se observaram melhorias das variáveis econômicas que caracterizaram o biênio 2015-2016. A atividade dos países voltou a crescer, porém, de maneira desigual para as economias e, de baixa intensidade. De acordo com os dados, todas as economias do bloco apresentaram crescimento positivo em 2017.

3.1.2. Argentina

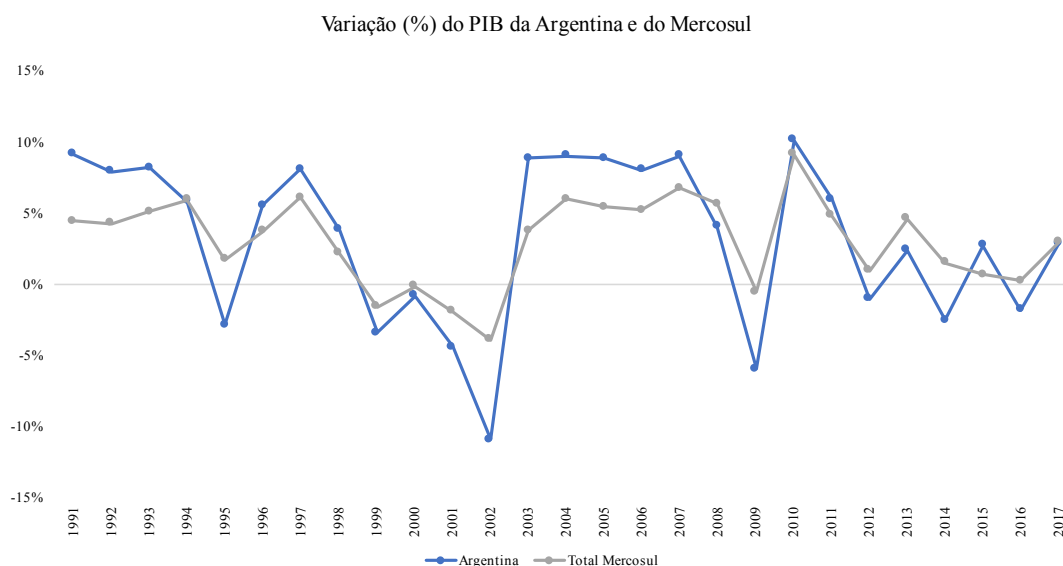


Gráfico 10: Variação (%) do PIB da Argentina e Mercosul.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

Durante os primeiros anos do Mercosul, à Argentina correspondia a um terço da atividade econômica do bloco. Os valores do produto argentino no período 1991/1994 não refletiram o esperado devido ao consumo privado crescer por encima do PIB.

Observa-se uma queda significativa no desempenho do PIB real do país influenciada pela crise do peso mexicano em 1995 e conseqüentemente foram atingidas cifras negativas por efeito de uma recessão. O recuo foi de 4,6% i.a. da atividade econômica.

A retomada do nível de atividade teve lugar a partir do segundo semestre do ano seguinte, mas, os níveis de produção ainda estavam abaixo do nível de atividade econômica registrado antes da recessão. Para finais de 1997, a Argentina fechou com uma taxa de crescimento de 8% i.a. estimulado pela expansão da formação bruta do capital fixo e as exportações (BID, 1997).

O desempenho continuou firme durante os primeiros meses de 1998, impulsionado principalmente pela atividade manufatureira que cresceu em 3,9% i.a. em comparação com o ano anterior. Somando assim, mais de dois anos de crescimento interrompido da atividade industrial. Esse crescimento foi impulsionado pelo setor automobilístico que, agiu como fator estabilizador das relações comerciais e amorteceu o impacto da desaceleração da economia do maior sócio do Mercosul. Foram os baixos preços internacionais, o escasso dinamismo do comércio e a economia mundial em crise, que caracterizaram o ano em questão (BID, 1998).

Para o último trimestre do ano, foram dois fatores que desaceleraram o crescimento: aumento da taxa de juros derivada da dívida com a Rússia e a perda de campo nas exportações causada pelo recuo significativo da atividade industrial (-5,1%). Os subsectores mais afetados foram: matérias de construção, bens de consumo duráveis e automóveis (BID, 1999).

Dado o cenário internacional e regional, acrescentado à situação já existente no país, a economia argentina ficou mais debilitada, obtendo-se efeitos similares ao acontecido durante a crise do peso mexicano. Para o ano de 1999, ainda era a redução da atividade do setor industrial que ocasionava a queda do PIB argentino. Outrossim, a queda da formação bruta de capital fixo de 21% (1998) para 18,9% (1999).

O ano 2001, foi um ano de crise e grandes retrocessos para a República Argentina. A meados do ano, o Governo argentino instaurou um programa de imediata redução a zero do déficit público, ou seja, a situação refletia o completo esgotamento dos recursos para financiamento voluntário. Essa decisão, abalou a confiança dos investidores, afastou as empresas estrangeiras e dificultou a obtenção de créditos internacionais. Assim, a economia argentina perdeu novamente, depois de três anos consecutivos, competitividade. O impacto sobre a economia real foi o recuo do PIB em 4,5% i.a. O mesmo, viu-se afetado principalmente pela queda do desempenho da indústria e a redução de demanda internacional pelos derivados dos agronegócios. (BID, 2002)

A economia argentina apresentou em 2003, avanços consideráveis, os quais permitiram superar a fase mais complicada de instabilidade macroeconômica associada à crise econômica e financeira de 2001-2002. A adoção de certas medidas como a diminuição das restrições bancárias, aqueceram novamente a economia. O PIB apresentou um crescimento de 8,7% i.a., sendo o mais alto registrado depois de 1997.

O PIB argentino, cresceu em 9% i.a. no ano de 2004. Superando o destaque do período anterior e sendo o melhor observado nos últimos 12 anos. Sendo a atividade industrial o responsável pelo crescimento do produto real, seguidamente o comércio, construção, serviços de transporte e comunicação. (BID, 2005) Além da demanda doméstica, que cumpriu um rol essencial nessa melhoria do agregado.

A demanda agregada cresceu em 8,7% i.a. em 2007. Percebe-se que o mesmo vem atravessando um período de expansão nos últimos anos. Esse aumento foi motorizado pela elevação do salário real, emprego e crédito; aquecendo assim a economia. Já para o ano seguinte, a Argentina viu-se afetada pela recessão que atingiu novamente o Mercosul. Para finais de 2008, o produto cresceu em 6,8% i.a. As vendas externas e o investimento caíram significativamente, assim também, o consumo privado e as exportações brutas contraíram sua participação. Essa queda do consumo privado foi consequência da diminuição do índice de confiança dos consumidores, pelo menor crescimento do salário real e aumento do desemprego. (BID, 2008)

O ano de 2009 trouxe resultados insatisfatórios. Nos primeiros meses do ano, foi o consumo do governo que sustentou o nível de atividade sendo que, tanto as exportações, as importações e a formação bruta do capital decaíram. Observa-se uma queda do crescimento do PIB em comparação com os períodos anteriores, o mesmo cresceu somente em 0,9% i.a.

O padrão de crescimento em 2010 (9,2%) foi muito similar ao acontecido antes da crise, destacando-se o dinamismo da demanda interna. A mesma, contribuiu em dois terços ao crescimento do PIB. O aumento dos salários, acesso ao crédito e a inflação foram responsáveis de aquecer a economia argentina. A formação bruta do capital por sua vez, do período anterior para o atual, aumentou suas cifras em dobro, indo de 21,2% para 47,7% assim, foi o componente mais dinâmico do gasto. (BID, 2011)

Em 2011, o nível de atividade se expandiu em 8,9% encabeçado primeiramente pelo aumento do consumo privado e seguido pelo aumento do investimento. Como visto

no capítulo anterior, as exportações não contribuíram positivamente para o resultado do período. Para 2012, a situação apresentou-se muito diferente. A economia argentina cresceu somente em 3,5% i.a. Embora foram adoptadas medidas expansivas por parte do Governo e do Banco Central, isso não foi suficiente para dar mais dinamismo à economia. Um outro braço da crítica situação desse período esteve relacionado à restrição ao crédito internacional, desencadeando um maior controle por parte do Governo sobre a compra de divisas e as importações. (BID, 2011)

Para 2013, o PIB cresceu em 2,9% i.a. liderado pela demanda interna que aumentos todos seus componentes. Já a contribuição do setor externo foi negativa por causa das exportações de bens e serviços que recuaram suas cifras. Pelo lado da oferta, o crescimento vem do setor agrícola e entidades financeiras. No primeiro semestre do ano seguinte, a atividade apresentou uma estagnação por causa de que, com exceção do consumo público, os componentes da demanda agregada reduziram-se.

O crescimento de 2014 foi de 0,5% i.a. e ao contrário do que aconteceu no primeiro semestre do ano, a demanda interna foi negativa e o aumento do consumo público não compensou a queda do investimento. A queda da demanda interna foi impulsionada pela estagnação dos salários reais que não foi contrabalançado pelo aumento de crédito destinado ao consumo.

O setor externo, contribuiu positivamente ao resultado do período dado que as importações de bens e serviços se contrariaram em comparação às exportações. Desde a ótica da oferta, as condições são as mesmas do ano.

As novas autoridades argentinas que assumiram em dezembro de 2015, optaram por desregular o mercado cambiário e a eliminação dos direitos de exportação (com exceção da soja). A atividade econômica cresceu 2,4% i.a. em 2015. Esse crescimento foi explicado pelo aumento do consumo tanto público quanto privado e, em menor magnitude, o crescimento do investimento. Já a contribuição do setor externo foi negativa para o saldo da balança comercial. Tal fato, foi causado pela queda da demanda brasileira e a apreciação do câmbio peso argentino (câmbio real). Os setores com maior dinamismo no período foram o de agropecuária, serviços e indústria manufatureira (com maior desempenho). (BID, 2016)

As políticas econômicas ministradas em 2016, teve uma influência contrativa sobre o nível de atividade argentino. O PIB, decresceu em 1,8% i.a. encabeçado pela queda do investimento em maior magnitude e o consumo privado. Além do mais, o baixo dinamismo da demanda externa, especialmente do Brasil (afetado pela recessão), os efeitos sobre as variáveis do gasto governamental afetadas pelas flutuações cambiais além dos salários e preços internacionais e, as políticas contracionistas utilizadas.

3.1.3. Brasil

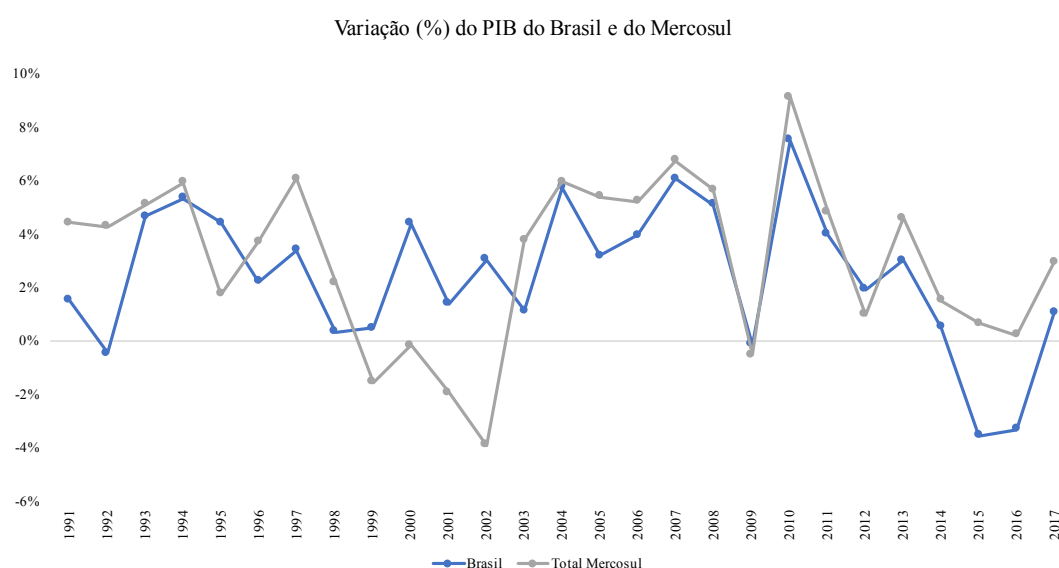


Gráfico 11: Variação (%) do PIB do Brasil e Mercosul.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

Durante os inícios do bloco comercial, à economia brasileira correspondia dois terços da atividade regional. Analisando as cifras do PIB real brasileiro, observa-se que durante os primeiros anos do Mercosul, o produto do país não apresentou mudanças relativas significantes com exceção do ano de 1992, ano em que o produto se recou em 1,1% i.a.

A desaceleração do crescimento se registrou desde 1995. Porém, essa queda do produto brasileiro não atingiu patamares negativos como foi o caso da Argentina e Uruguai que se encontravam atravessando um período de recessão.

Para o Brasil, o dinamismo da atividade econômica foi maior durante o primeiro semestre de 1997 para, posteriormente apresentar desaceleração do crescimento no

restante do ano em questão. Isso, teve suas origens na crise originada pelas turbulências financeiras e cambiárias da Coreia do Sul que, obrigou às autoridades brasileiras a realizar um ajuste monetário (baixando a taxa de juros) assim como também seria necessário um programa de ajuste fiscal de caráter contracionista. Tudo isso para confrontar o déficit externo da sua economia.

Em 1998, a situação não foi muito diferente. A desaceleração da economia brasileira causada pela crise asiática ainda continuava fazendo seus efeitos (-0,1% i.a.). Porém, dadas as políticas monetárias e fiscais adotadas pelas autoridades, o Brasil conseguiu ter um desempenho leve, porém, responsável de amortecer a sub-região como um todo. Para 1998, a atividade econômica brasileira correspondia ao 70% do bloco. Dentre essas medidas adotadas, a primeira foi a expansão da demanda do setor público explicitada no aumento do déficit primário e a continuidade do programa de privatização que manteve aquecida a demanda por bens e serviços para o setor privado e por último, o significativo aumento das exportações e produtos industrializados (BID, 1998).

A redução dos preços dos *commodities* (algodão, soja, lã) debilitou a demanda brasileira, principal sócio exportador dos mesmos. Essa redução se estendeu até o ano seguinte e, no caso do petróleo e dos metais preciosos, evidenciaram uma firme recuperação. Inclusive, *commodities* alimentícios começaram a mostrar uma melhoria nas cotizações cambiais.

Ao longo de 1999, o Brasil tem modificado políticas cambiais (evitando cenário de inflação) que, por sua parte, tem impulsionado o crescimento de 0,8% i.a. do nível do produto. Esse mecanismo utilizado pela autoridade monetária e, o fato de aumentar significativamente a dívida pública, refutaram a previsão de queda de 5% do nível de atividade. O crescimento do PIB foi incentivado pelos resultados do setor agrícola. Dito setor, foi favorecido pelo processo cíclico e de maturação dos investimentos passados. Por outro lado, os subsetores de indústria e serviços, recuaram-se. (BID, 2000)

Durante 1999, o país foi o único Estado-Parte que teve um modesto crescimento do PIB. Por outro lado, a Argentina e o Uruguai encontravam-se submergidos na recessão e o Paraguai, por sua vez, começava a se estagnar. O desempenho relativo do Brasil, dentre os membros do Mercosul, foi bastante melhor. O Brasil foi, sem dúvidas, a economia menos afetada com a sua própria crise (desvalorização cambial) e, o seu nível

de atividade econômica iria se recuperar rapidamente, apresentando um ciclo expansivo. (BID, 2000)

Esse contraste assinalado anteriormente seria maior durante o ano 2000. O PIB brasileiro cresceria vigorosamente (4,5% i.a.) enquanto, os outros membros do bloco continuavam apresentando quedas no nível de atividade econômica.

A partir de 2002, questões de incerteza (eleições presidenciais), desvalorização cambial e fuga de capitais comprometeram o desempenho brasileiro. Assim, o crescimento do nível de produto foi tímido (1,9% i.a.).

Já durante 2003, o desempenho macroeconômico foi de caráter homogêneo, porém o PIB apresentou uma queda de -0,20% i.a. Percebe-se uma pequena recessão durante os primeiros meses do ano como consequência de um *shock* monetário estipulado pelo Governo. Tanto o setor industrial quanto o de construção viram-se afetados pelo aumento da taxa de juros, causando efeitos sobre a produção real do Brasil.

Em 2004, o Brasil apresentou um crescimento não visto na última década. Esse fenômeno foi acompanhado por uma queda do desemprego e uma melhoria nas contas externas e fiscais o que, foi refletido nos indicadores econômicos. O PIB brasileiro terminou o ano com um crescimento real de 5,7% i.a. A diferença do período anterior onde o setor agrícola foi o único responsável pelo desempenho da atividade produtiva, em 2004, o lado da oferta melhorou significativamente envolvendo os outros setores da economia.

O papel das exportações brasileiras foi fundamental para manter o biênio 2006-2007 com um PIB em crescimento. De modo comparativo, o principal responsável da variação do PIB foi o consumo. No ano em questão, pode-se dizer que a economia brasileira se manteve notoriamente aquecida. Como explicitado anteriormente, considera-se que o setor externo foi o principal responsável além do consumo privado que, por sua vez, cresceu a taxas maiores dado o aumento do emprego, salários reais e facilidade de acesso ao crédito.

A crise internacional atingiu a economia brasileira através da diminuição da demanda externa e fuga de capitais o que, influíram na queda do investimento causando um aumento do PIB menor do que em períodos anteriores (5,1% i.a.). O encarecimento do crédito impactou o consumo privado. Embora em menor grau do que a Argentina, a

redução das importações em comparação com as exportações favoreceu o resultado positivo do produto.

Como para o resto dos Estados-Parte, o ano de 2009 foi recessivo. O PIB brasileiro contraiu-se em 0,1% i.a. Tanto a formação bruta de capital e as exportações recuaram suas cifras significativamente. O consumo público jogou um papel fundamental durante esse período. Por outra parte, o Governo utilizou estímulos creditícios baseados numa política fiscal para incentivar o consumo privado. (BID, 2010)

O maior incremento do produto brasileiro depois de 1986 foi no ano de 2010 (7,5%i.a). Contribuíram a esse fenômeno, a demanda interna e o consumo privado maioritariamente. O incremento dos gastos das famílias foi impulsionado principalmente pelo aumento dos salários reais e o aumento de crédito destinado ao consumo. Mais uma vez, as exportações puxaram o indicador para baixo. A indústria começou o ano sendo o setor com maior dinamismo do período em análise e, foi motorizada pelos incentivos fiscais instaurados em 2009 por parte do Governo brasileiro. Porém, a depreciação do real encareceu as manufaturas domésticas responsabilizando ao setor de serviços pela expansão do nível de atividade no restante do ano. (BID, 2011)

A queda da demanda externa e outros fatores internos envolvidos (taxa de juros e câmbio) comprometeram o resultado do PIB em 2011 (3,9%). Mais uma vez, as inclemências climáticas afetaram o setor de agropecuária reduzindo o nível de atividade. Porém, esse recuo do setor foi compensado com a expansão em outros, como foi o caso do setor de serviços e da indústria. Outro aspecto que justifica esse aumento tímido do PIB foi o fato das importações ultrapassarem as exportações. Assim, a contribuição dessa última foi negativa para o resultado do período.

Vale ressaltar que, foram utilizados incentivos por parte do Governo brasileiro (política fiscal expansionista) que aqueceram tanto o setor de indústria como de serviços. Ainda assim, o crescimento do produto em 2012 não atingiu as previsões (1,9% i.a) (BID, 2013)

As políticas expansivas adotadas pelo Governo para dar dinamismo à economia não tiveram muito sucesso. Já no final de 2012, o PIB começou a se recuperar abrindo lugar às pressões inflacionárias fazendo com que o Banco Central aumentasse a taxa de juros para tentar reverter o quadro.

O crescimento (3% i.a) de 2013, foi provocado pelo consumo privado, pelo investimento e em menor magnitude pelo consumo público. A contribuição do setor externo foi negativa já que as importações por bens e serviços cresceram mais do que as exportações. Além do mais, esse desempenho estava atrelado ao enfraquecimento do cenário internacional e política monetária contracionista ministrada para conter a inflação que, como explicitado anteriormente, tinha o objetivo de compensar os programas de expansão fiscal. (BID, 2014)

A fraqueza da economia brasileira em 2014 foi vinculado à redução da demanda externa e à queda do investimento, somado às pressões inflacionárias impulsadas pela desvalorização do real. O PIB estagnou-se em 0,5% i.a. e a economia iria entrar em recessão para o primeiro trimestre de 2015. Ainda em 2014, os resultados das contas fiscais e a balança de pagamentos comprometeram o desempenho. Além disso, o aumento do consumo privado e público foi compensado com a redução do investimento e exportações de bens e serviços.

Em 2015, foi proposto um ajuste fiscal mais ambicioso, com o intuito de aumentar o índice de confiança dos investidores. O cenário brasileiro foi fortemente afetado pelos fatores de incerteza política causada por denúncias de corrupção contra vários políticos. Além disso, a diminuição da demanda externa, a queda de investimento e o aumento da inflação. Assim, o nível de atividade contraiu-se em 3,5% i.a. Isso, explicado à queda do investimento e do consumo público e privado. O que tangencia o setor externo, ele teve contribuição positiva, porém quase nula no indicador. (BID, 2016)

O nível de atividade tem se mantido deprimido por causa de fatores recessivos internos e baixo estímulo externo. (BID, 2017). Em 2016, a atividade recuou em 3,3% i.a. com exceção do setor de eletricidade, água e gás, o resto das atividades continuaram mostrando taxas negativas de variação. As atividade manufatureira e atividade primária apresentaram a maior contração do período.

3.1.4. Paraguai

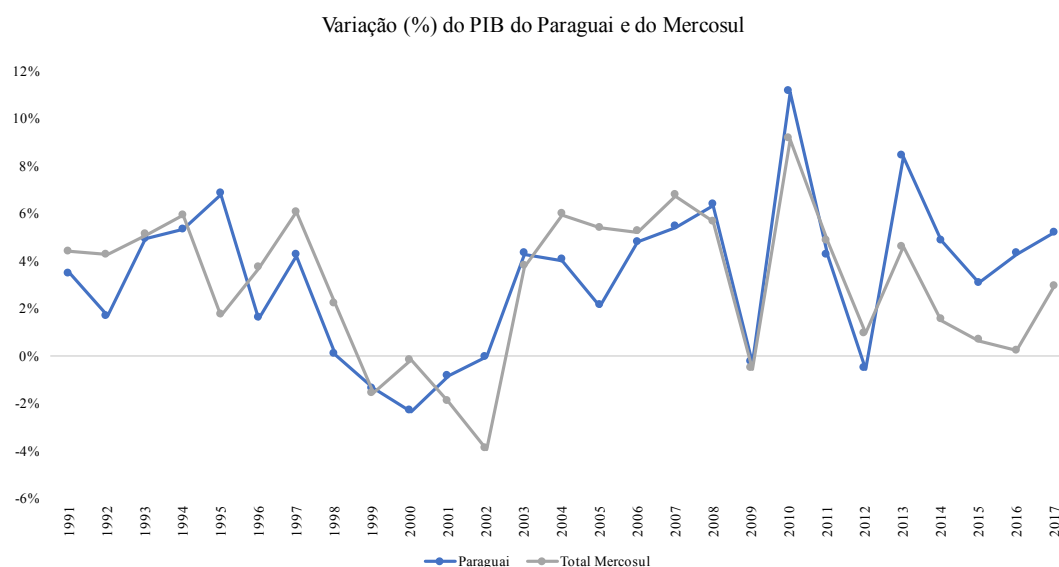


Gráfico 12: Variação (%) do PIB do Paraguai e Mercosul.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

A desaceleração do ritmo do crescimento da economia paraguaia viu-se um tanto prejudicada pelo comportamento das outras economias participantes do bloco. Além disso, as crescentes restrições do comércio ilegal através de Ciudad del Este e uma política fiscal restrita. Para 1997, o Paraguai foi afetado pela crise financeira bancária e subsequente restrição pela liquidez (restrições de crédito para aquecer a economia), apresentando um crescimento de somente 2,5% i.a. em relação ao ano anterior. Aliás, a forte contração do crédito do setor privado foi acompanhada de um aumento da taxa de juros real. (BID, 2000)

Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo excelente desempenho do setor de agricultura que se expandiu em 10%. Assim, o aumento do PIB não atingiu as expectativas do Governo (4% i.a.). Contribuíram à frustração das expectativas, o desempenho dos fatores domésticos, a crise financeira instaurada no país, as turbulências relacionadas as eleições presidenciais e as dificuldades fiscais.

A economia paraguaia mostra-se estagnada desde 1996. A queda de 0,5% i.a. do PIB nacional poderia ser explicada pelo cenário externo nada favorável e também pela instabilidade política e problemas do sistema financeiro. A trajetória da queda dos fluxos

comerciais iniciou-se em 1995. Comprometendo também os resultados no nível de produção.

O ano de 1999 não foi muito diferente para a economia paraguaia. O PIB caiu em 2,4% i.a. apontando um quadro recessivo. É importante ressaltar novamente que, em 1999, o Mercosul recuou suas vendas totais do bloco significativamente. Isso, somado ao fato que o preço da soja caiu significativamente. Ela, por sua vez, é um dos *commodities* com maior importância para a produção nacional. (BID, 2000)

O PIB real apresentou novamente um declínio de 0,4% i.a. ano 2000. Tudo isso atrelado, a decadência do setor externo, incremento do déficit da balança comercial e o catastrófico resultado das transações correntes. Agora, correspondendo a -4,2% do PIB.

Para 2002, a da economia apresentou novamente diminuição nos seus níveis de atividade (-1,5% i.a.). Superando os valores obtidos nos anos anteriores. Embora, esse quadro recessivo poderia ser explicado pela crise sub-regional também poderia se justificar com a redução da demanda externa. Um outro dato curioso e, que, certamente afetou a produção do ano, foram as inclemências climáticas que, por sua vez, afetaram o desempenho do setor agrícola (setor importantíssimo para a economia).

Em 2003, os resultados atingidos foram bastante positivos e principalmente ao compararmos com o período anterior. Assim, o Paraguai finalmente apresentou um crescimento do PIB de 2,1% i.a. Essa melhoria, pode ser atribuída principalmente ao bom desempenho do setor agrícola. Primeiramente, o aumento do volume exportado; seguido pelo comportamento favorável dos segmentos produtores de alimentos, bebidas, tabaco, têxteis e couros; a evolução dos segmentos extrativo de minerais e madeira. Faz-se necessário explicitar que essa melhoria nos indicadores macroeconômicos seria incapaz de indicar um processo de crescimento econômico para o país. (BID, 2004)

Reafirmando o crescimento do período anterior, o Paraguai apresentou uma taxa de crescimento do PIB de 4% i.a. durante 2004. Tal como aconteceu no ano anterior, a alta do produto real é atrelada ao excelente desempenho do setor agrícola. Desde 2003, não só a melhoria do setor agrícola (envolvendo a produção de algodão, trigo, milho, mandioca e cana de açúcar) foi responsável pela retomada dos valores do PIB senão também, a pecuária teve um papel importante. Isso foi possível, pela melhoria dos padrões de saneamento que, permitiu o acesso a mais mercados externos. Essa fase de expansão que o Mercosul como um todo experimentava, beneficiou positivamente o país.

O setor agrícola continuou sendo o motor do agregado em 2007. O setor cresceu 24,1% causando o aumento do PIB em 5,4% i.a. Já que, tanto a elasticidade do consumo privado, as exportações e importações não apresentaram crescimento nas suas cifras. (BID, 2008)

O dinamismo visto até o primeiro semestre de 2008 não foi duradouro. Assim, o nível de produção cresceu em 6,3% i.a. Novamente o consumo privado e o investimento afetando o resultado do país. Depois de vários períodos sendo a atividade agrícola o principal motor da economia paraguaia, o mesmo recuou seu desempenho afetando o nível de produção. Para 2009, além da insatisfatória performance do setor, a demanda externa por carne iria se somar à crise regional. É importante assinalar que, o crescimento do setor de serviços compensou essa queda evitando assim uma tendência recessiva maior. (BID, 2010)

Depois de seis anos de expansão interrompida, o cenário de crise internacional afetou severamente o setor agrícola, contraindo o PIB em 0,2%. As condições climáticas afetaram o resultado do setor. A intensa queda das exportações, da formação bruta de capital e incluso o consumo privado foram responsáveis do recuo do produto. Além disso, faz-se necessário destacar o papel jogado pelo consumo público nos outros membros do bloco, permitindo assim amortecer a queda do PIB.

A atividade econômica tomou impulso em 2010 conseguindo melhorar o desempenho do agregado. Liderado pelo *boom* do setor agrícola, pecuário, industrial, construção e serviços. O PIB do Paraguai cresceu em 11,1% i.a. sendo assim, o maior crescimento obtido desde 1950. O desempenho do setor agrícola foi responsável por mais da metade dessa expansão. Como foi o caso dos outros países, a demanda interna jogou um papel importantíssimo, sem esquecer do setor externo que se destacou pela demanda de produtos agropecuários como carne, lácteos, óleos, etc. A formação bruta de capital fixo compensou sua queda no ano da crise, apresentando um incremento de 21,7%. (BID, 2011)

O nível de atividade não conseguiu manter esse crescimento observado no ano de 2011. A mesma cresceu somente em 4,2% i.a. impulsionado mais uma vez pelo setor agrícola (soja), pelas atividades das empresas binacionais Itaipu e Yacyreta (eletricidade e água) e o setor de construção. As variáveis da demanda agregada mostraram certa dificuldade em relação ao período anterior. A formação bruta de capital fixo caiu em 11%,

o consumo do Governo passou de 12% a 5,3% e, as exportações contribuíram negativamente ao cenário. A seca e a febre aftosa comprometeram o desempenho do setor de pecuária, florestal e pesca tanto em 2011 quanto em 2012. A demanda externa por esses produtos caiu fortemente depois da febre aftosa. (BID, 2012)

Além disso, essa queda do PIB em 0,5% em 2012, foi causado pelo crítico cenário macroeconômico que atravessava o país, logo de ser suspenso das atividades do bloco econômico por causa das turbulências políticas. Tal suspensão, aconteceu posteriormente ao juízo político realizado ao então Presidente Fernando Lugo alegando a violação do Artigo 5º¹² do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático (1998) em que “toda ruptura de ordem democrático constitui um obstáculo inaceitável para dar continuidade ao processo de integração”. O processo de reintegração ocorreria em agosto do ano seguinte. Assim, percebe-se que o Mercosul é um dos poucos exercícios de integração cujos objetivos compreendem de forma explícita a dimensão política. Se por um lado houve benefícios de estabilidade democrática ao mesmo tempo as turbulências políticas localizadas foram um complicador adicional para a convergência desejável (BAUMANN,2011).

As políticas fiscais e monetárias estiveram focadas em acelerar o nível de atividade. Isso foi refletido no aumento dos impostos por parte do Governo no final do ano. Para 2013, período pós seca, foi um recorde de produção de 9,4 milhões de toneladas de soja.

O aumento de 8,4% i.a. do PIB paraguaio em 2013 foi empurrado pelo dinamismo do setor agrícola. Dito setor, apresenta-se como o mais relevante da economia paraguaia, somado à pecuária, os dois correspondem ao 30% do PIB total. É notória a recuperação dos dois setores, a colheita de soja que, foi comprometida pela seca do período passado cresceu significativamente. E, falando no setor de pecuária, a retomada dos mecanismos de segurança contra a febre aftosa, aqueceram as atividades do setor, aumentando as exportações. (BID, 2014)

¹² Artigo 5º do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático de 1998.

Esse significativo crescimento, foi atrelado também a demanda interna como externa. Todos os componentes da demanda agregada expandiram suas cifras, porém, o consumo público teve menor participação nos resultados. As exportações de bens e serviços, por sua vez, contribuíram positivamente.

Para 2014, o PIB cresceu em 4,8% i.a. impulsionado por todos os componentes da demanda agregada com exceção das exportações. O setor agrícola continua sendo o mais dinâmico da economia paraguaia que, junto com a pecuária, representam aproximadamente 24% do PIB e, à indústria corresponde 10,4% do mesmo.

A economia paraguaia apresenta um crescimento moderado desde 2015. O PIB cresceu em 3,1% i.a. impulsionado pelo aumento principalmente do consumo público e privado seguido pelos investimentos. As importações cresceram mais do que as exportações, deixando assim um saldo negativo. Em questões de importância relativa dos setores da economia paraguaia, as tendências continuam as mesmas que em períodos anteriores recentes.

Em 2016, a economia paraguaia apresentou resultados promissores em comparação às economias regionais. O PIB cresceu em 4,3% i.a. impulsionado pela formação bruta de capital fixo e o saldo superavitária da balança comercial. Os setores em destaque do período foram o de agropecuária, comércio, indústria e as atividade binacionais; dado que, este último teve uma contribuição negativa ao nível de atividade.

O que tangencia ao bom desempenho do setor de agropecuária, a soja foi o componente mais importante, seguido pelo milho, tabaco, cana de açúcar e amendoim. (BID, 2017)

3.1.5. Uruguai

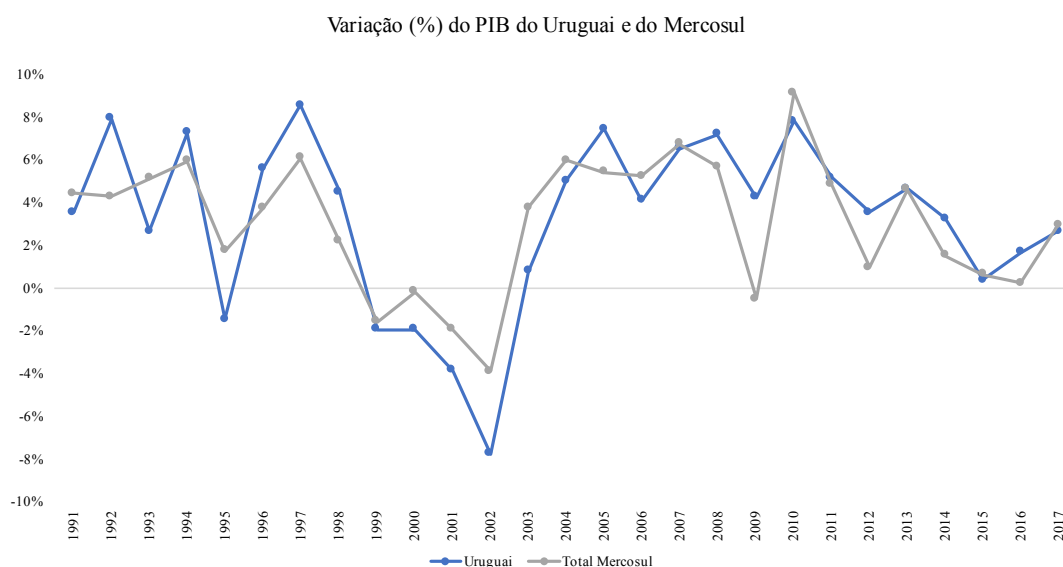


Gráfico 13: Variação (%) do PIB do Uruguai e Mercosul.

Fonte: Banco Mundial (2019). Elaboração: Autor.

No decurso dos primeiros anos do Mercosul, a economia uruguaia sofreu juntamente com a Argentina os efeitos da recessão vivenciada em 1995. A retração da atividade econômica em 2,8% i.a., deu lugar a lenta retomada e ao dinamismo que acabou atingindo o dobro dos valores previsto para o PIB na metade do ano seguinte. Nesse viés, de modo comparativo, Uruguai adotou políticas que levaram a pronta retomada e saída da recessão, em um tempo menor e consolidação maior do que a Argentina.

No período 1991-1998, o produto real expandiu-se a uma taxa de 4,4% i.a. por ano, apresentando um desempenho satisfatório em comparação as outras economias sócias.

A recuperação da economia uruguaia (6,5% i.a.) foi liderada como no caso da Argentina, pela formação bruta de capital fixo e as exportações. Além da forte expansão da demanda interna do Brasil e da Argentina (BID, 1997). Por outra parte, houve um incentivo ao crédito destinado ao consumo e um ligeiro crescimento da renda das pessoas que tiveram parte nessa melhoria do indicador para o ano de 1997. Para 1998, a economia continuava evoluindo timidamente (4,5% i.a.) apesar da crise asiática e o esfriamento da

economia brasileira. A demanda por importações dos países sócios do bloco, manteve aquecido o ritmo da economia uruguaia.

Evidentemente, a crise brasileira e a queda do nível de atividade argentino fizeram seus efeitos sobre a produção uruguaia. Para 1999, o PIB apresentou uma queda de 3,4% i.a. em comparação ao ano anterior. O nível de produção uruguaia ficou ainda por baixo do nível atingido em 1995 (historicamente mais baixo) durante a crise mexicana.

Como visto no capítulo anterior, essa contração do PIB foi acompanhada de uma redução significativa das exportações e das importações. A queda esteve relacionada aos baixos preços internacionais dos principais produtos de exportação como a baixa capacidade de compra dos principais sócios sub-regionais (BID, 1999).

Para finais do ano, o déficit da conta corrente atingiu 2,5% do PIB. Assim como a Argentina, a economia uruguaia não conseguiu aproveitar o cenário recessivo transitado para ajustar suas contas externas.

A recessão que atingiu o Uruguai estendeu-se durante o período de 1999-2002, sendo a pior crise financeira vivenciada pelo país. Já para 2003, o cenário internacional favorável, mudança nos preços relativos, estabilização do sistema de operações bancárias e a confiança dos agentes econômicos; contribuíram para a recuperação da economia uruguaia. (BID, 2003)

Outrora, a forte recuperação foi impulsionada pelo aumento da competitividade uruguaia, incrementando a exportação de bens e serviços. Além dos *shocks* externos que comprometeram a economia no passado dado o péssimo cenário internacional. Por outra parte, o incentivo ao investimento por parte das autoridades monetárias, permitindo a estabilização do sistema financeiro e possibilitando ao acesso às linhas de crédito a uma taxa de juros competitiva. Consequentemente, essa recuperação do crédito do setor privado impulsionou o aumento da demanda doméstica.

Além disso, uma modesta depreciação da moeda uruguaia, junto com a recuperação dos preços internacionais dos seus principais produtos de exportação, contribuíram ao crescimento das exportações. Outro fator que favorecer o crescimento da economia em 2003, foi o aumento da produção agrícola e seu efeito catalizador na intermediação comercial no transporte de carga e na atividade portuária. (BID, 2004)

Superando as expectativas mais otimistas, o PIB do Uruguai cresceu em 5% i.a. em 2004. O incremento do produto foi motorizado pela indústria manufatureira, as atividades de comércio, restaurante e hotéis além do setor de agropecuária. Esse aumento também é justificado pelo aumento da demanda interna derivado de um incremento do consumo e da formação bruta do capital fixo.

A expansão no período de 2007 (6,5% i.a.) foi liderada pelo setor de serviços (transporte, comunicação comércio, restaurante e hotéis) a indústria manufatureira e, a indústria frigorífica.

Como visto anteriormente, o biênio 2008-2009 não favoreceu o desempenho econômico do bloco. Outrossim, o PIB do Uruguai apresentou um crescimento maior e sustentado em 2008 (7,1% i.a.). Pode-se dizer que, foi o setor de serviços que impulsionou as exportações evitando a sua queda. Dado que, as vendas externas de bens diminuíram sua participação no comércio exterior. Em 2009, o PIB cresceu em 4,2% i.a. e assim, continua-se destacando um desempenho positivo para o Uruguai dado o cenário internacional. Como na maioria dos integrantes do bloco, a formação bruta de capital fixo, o consumo privado e público reduziram-se. (BID, 2010)

Durante a crise, as exportações comprometeram o desempenho (negativo) dos membros dos blocos. Mas foi, o Uruguai o único país conseguiu mostrar uma contribuição positiva ao crescimento através das exportações. Foi o investimento público que manteve a economia aquecida.

O nível de atividade uruguaio cresceu em 7,8% i.a. em 2010 liderado principalmente pela demanda interna. O consumo privado foi favorecido como nos outros países pelo crescimento dos salários reais, facilidade de acesso ao crédito e conseqüentemente o investimento privado. Pela ótica da oferta, o setor de serviços teve maior participação na expansão do PIB. Nesse ano, a atividade de pecuária e indústria frigorífica (açougue) reduziram sua participação no agregado.

Para o Uruguai, a situação em 2011 não foi muito diferente. Tanto fatores internos como externos não permitiram ao nível de atividade se expandir como foi o caso da Argentina. Ainda assim, foi o segundo membro com maior crescimento do PIB em 2011 (5,1% i.a.). Liderado pela demanda interna (incentivado pelo baixo desemprego e alta dos salários), principalmente o consumo e investimento privado, sendo este último o componente mais dinâmico da demanda agregada. Pelo lado da oferta, o desempenho de

2011 foi caracterizado pela expansão do setor automobilístico, o comércio de bens de consumo importados e comunicação. Outros setores que explicam esse crescimento retardado do produtor seriam o de eletricidade e atividade petroleira os quais, não contribuíram positivamente para o resultado. (BID, 2011)

Impulsionado pelo investimento privado, especificamente a implantação de uma planta de celulose e, pelo consumo privado, o PIB cresceu em 3,5% i.a. em 2012. Os focos políticos deram lugar principalmente às questões inflacionárias e a valorização do peso uruguaio induzida pelo ingresso de capitais.

A atividade econômica em 2013 foi entusiasmada pela absorção interna, primeiramente o consumo privado aumentando por causa de um crescimento nos salários reais e, pelo aumento do investimento privado. Já a contribuição do setor externo foi negativa, ou seja, importações superando as exportações de bens e serviços. O primeiro semestre de 2014 foi caracterizado pelos mesmos fatores destacados no período anterior.

Ao todo, a atividade econômica do Uruguai cresceu em 3,2% i.a. explicado pelo dinamismo dos setores de gás, eletricidade e água; além do transporte e telecomunicações e a indústria manufatureira. No que respeita ao agregado, o consumo privado cresceu enquanto o investimento reduziu-se. (BID, 2015)

A tendência da economia uruguaia para 2015 mostrou uma leve desaceleração provocada pelas incertezas da região ao mesmo tempo que manteve políticas econômicas contracionistas. Assim, o nível de atividade cresceu somente em 1% i.a. O que comprometeu o desempenho do produto foi a estagnação do consumo privado e a forte queda do investimento público e privado. Os setores com maior desempenho foram a atividade industrial (planta celulosa) e, em menor proporção o setor de telecomunicações. Já os setores de subministro de eletricidade, gás, água, construção e comércio apresentaram quedas significativas nos seus resultados. (BID, 2015)

O bom desempenho das exportações de bens e serviços, manteve o desempenho do nível de produção do Uruguai em reativação. O PIB registrou um aumento de 1,6, deixando atrás o quadro de estagnação dos períodos anteriores. O componente mais dinâmico do gasto foi a formação brutal de capital fixo explicando mais de um quinto da variação positiva do produto. Adicionalmente, tanto o consumo público como privado cresceram em 2016. No que respeita ao nível setorial, novamente os setores de eletricidade, gás e água e telecomunicações aumentaram sua participação no nível de

atividade uruguaio. Outros setores de destaque foram os produtos manufaturados e a fabricação de papel e papelão.

4. Capítulo III

4.1. Desemprego

Na seguinte seção, será analisado o indicador de desemprego no período entre 1991-2018 a modo de avaliar o Mercosul como auxiliar do desenvolvimento econômico nesse quesito. O processo de integração regional Mercosul busca constituir uma área econômica e social que ofereça uma escalabilidade maior para o comércio e a produção, e que envolva um mercado de trabalho regional para atingir melhores níveis de desenvolvimento para seus membros. A referência da livre mobilidade de trabalhadores aparece implícita na Ata de Assunção¹³, ao se referir à livre circulação dos fatores como uma das implicações do mercado comum. Outrora, não existe uma referência direta da questão laboral, nem foi assinalada como objetivo programático da conformação do bloco.

As fases de crescimento econômico acelerado que são acompanhados por uma escassez da mão de obra nos países receptores, aumentam as probabilidades de que o imigrante consiga um posto de trabalho. Embora, em períodos de lenta expansão e maior desemprego, essa probabilidade diminui. Mesmo que, a decisão de emigrar depende em grande medida das diferenças do salário real entre os países, a oportunidade de emigrar parece estar relacionada com o ciclo econômico do país de origem e o país receptor (FERREIRO E SERRANO, 2007)

De acordo com o Tratado de Assunção, cidadãos do Mercosul que possuam residência em outro Estado-Parte, encontram-se habilitados a trabalhar em igualdade de condições que os habitantes do país onde tenha obtido a residência, devendo cumprir com as regulamentações específicas que a legislação laboral estabelece.

¹³ Artículo N°1 do Tratado de Assunção (31 de dezembro de 1994) “Este Mercado Comum implica: A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, a través, entre outros, da eliminação dos direitos de alfândega e restrições não tarifadas à livre circulação de mercadorias e qualquer outra medida equivalente.

Um dos indicadores chave para avaliar a situação laboral é a taxa de desemprego, que mede a porcentagem de pessoas economicamente ativas que se encontram desocupadas, mas com disponibilidade para trabalhar.

A situação laboral a princípios dos anos 2000 refletia a fraqueza dos mercados de trabalho da região onde a taxa de desocupação era alta. Dito cenário seria acalmado a partir de 2003 para a Argentina e Paraguai e, a partir de 2004 para o Brasil e Uruguai.

A análise dos mercados de trabalho da região, permite identificar algumas irregularidades nos ciclos laborais dos países do Mercosul. Em geral, os mercados de trabalho urbanos experimentaram em 2002 a maior intensidade de deterioração. A desocupação aumentou a níveis muito significativos e afetou a enormes contingentes da população ativa.

	Desemprego (% da força total de trabalho)			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1991	5,44	6,26	8,58	12,64
1992	6,36	6,42	8,70	12,94
1993	10,10	6,03	9,09	13,38
1994	11,76	6,10	9,06	13,40
1995	18,80	6,42	9,25	13,37
1996	17,11	7,25	9,23	13,27
1997	14,82	8,16	9,29	13,18
1998	12,65	9,42	9,38	13,07
1999	14,05	10,21	9,64	13,15
2000	15,00	9,89	9,70	13,03
2001	17,32	9,61	9,65	12,93
2002	19,59	9,37	9,39	13,04
2003	15,36	9,99	6,81	13,09
2004	13,52	9,10	6,51	12,98
2005	11,51	9,57	4,82	12,01
2006	10,08	8,64	5,28	10,84
2007	8,47	8,33	4,71	9,40
2008	7,84	7,34	4,41	8,02
2009	8,65	8,52	5,46	7,74
2010	7,71	7,73	4,57	7,16
2011	7,18	6,92	4,67	6,31
2012	7,22	7,19	4,09	6,45
2013	7,10	6,99	4,39	6,44
2014	7,27	6,67	5,03	6,55
2015	7,64	8,44	4,56	7,49
2016	8,02	11,61	5,26	7,84
2017	8,35	12,83	4,61	7,89
2018	9,48	12,54	4,71	7,96

Tabela 14: Desemprego (% da força total de trabalho).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

Como observa-se na tabela acima, para a Argentina correspondiam as taxas de desemprego historicamente mais altas do bloco econômico até 2006. Em 2002, de cada 100 pessoas, 20 encontravam-se desocupados. Assim mesmo, observa-se que as mesmas atingiram seus níveis mais baixos durante os dois primeiros anos do acordo regional. Contudo, desde a melhoria registrada desde 2007, a média do indicador corresponde a 7,9% i.a.

No caso do Brasil, vale lembrar que, em 2002, o IBGE modificou a metodologia para o cálculo dos indicadores laborais, o que explica parte das variações no valor desses indicadores. A taxa de desemprego manteve-se estável ao longo do tempo (com exceção de 1999) e posteriormente atingiu patamares muito altos nos últimos três anos, sendo, as maiores cifras registradas desde a vigência do acordo. Até 2015, a média da taxa de desemprego correspondia a 8,02% i.a. sendo superado só pelo Paraguai, cuja taxa média foi de 7,95% i.a.

Paraguai, por sua vez, caracterizou-se entre 1999 e 2003, pelo moderado crescimento econômico incentivado pelo setor primário sendo esta, a pior fase do indicador. A taxa de desemprego apresentou seus níveis mais altos durante a primeira década do acordo regional. Em 2018, ao Paraguai correspondeu a taxa mais baixo do bloco econômico, especificamente 4,71% i.a.

No caso do Uruguai, o indicador reflete uma melhoria em relação as cifras ao longo desses anos. O mesmo, apresentou uma taxa média de 12,90% i.a. até 2006. Uruguai apresentou a taxa mais baixa durante sua trajetória no bloco econômico em 2011, quando atingiu a cifra de 6,31% i.a., desde então, a taxa de desemprego uruguaia tem aumentado timidamente chegando em 7,96% i.a. no ano passado. Assim, converteu-se no segundo Estado-Membro com menor taxa de desemprego.

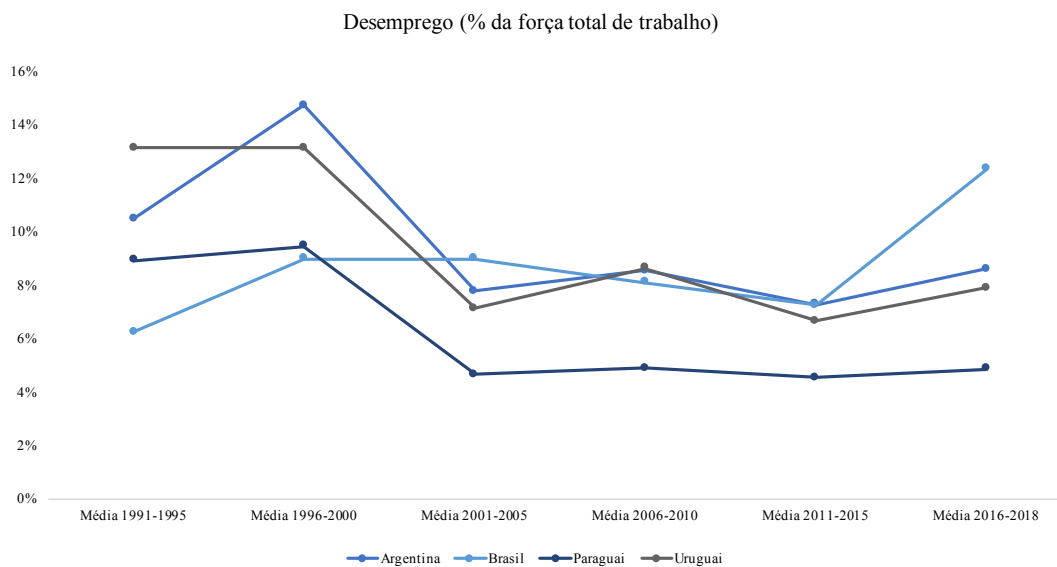


Gráfico 14: Média referente à taxa de desemprego dos países do Mercosul.

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

4.2. Indicadores Sociais

Estima-se que aproximadamente uns 3 milhões de migrantes vivem atualmente nos países do Mercosul. Países como Argentina e Uruguai, hoje, tem menos da metade dos migrantes existentes em 1960. O Paraguai tem sido o único país onde percebe-se um crescimento do número de migrantes durante os inícios do bloco econômico. Assim, percebe-se que o Mercosul tem deixado de ser um destino de migração internacional.

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1990	1.649.919	798.517	195.884	98.116
1995	1.595.069	741.557	186.570	93.428
2000	1.540.219	684.596	176.608	88.871
2005	1.673.088	638.582	168.243	82.318
2010	1.805.957	592.568	160.299	76.263
2015	2.086.302	713.568	156.462	71.799

*Últimos dados divulgados em 2015.

Tabela 15: Volume de migrantes totais.

Fonte: World Bank (2015). Elaboração: Autor.

O Mercosul tem incorporado como objetivo da integração econômica a fixação das bases que permitam deter a dinâmica rumo à heterogeneidade econômica e produtiva entre seus membros e encontrar um caminho a uma distribuição mais igualitária dos efeitos positivos da integração, compartilhando estratégias de desenvolvimento produtivo específico.

O Baumann (2011), explica a necessidade de cada país conhecer suas vantagens comparativas para um bom desempenho dos acordos regionais. Ele descreve:

“Temos, assim, um cenário em que não apenas os sócios maiores não proporcionam aos parceiros menores dinamismos por meio de fundos regionais suficientes de investimento ou de superávit comercial bilateral, como ao longo do tempo houve aumento de fato na distância entre o potencial econômico desses países. Um conjunto de preferências comerciais diferenciadas só é sustentável ao longo do tempo se os agentes econômicos nos países envolvidos tiverem clara percepção de que existem vantagens derivadas dessa concessão de tratamento diferenciado a outro país”.

Assim, o bloco econômico encontra-se formado por países com muitas disparidades em questão de tamanho, população, níveis de renda, abertura externa e composição do produto, assim como outros indicadores. Assim como também, os desafios existentes entre os aspectos desalinhados de institucionalização dos Estados-Membro. A economia paraguaia, caracteriza-se pela extraordinária importância da produção e emprego agropecuário. Brasil por sua vez, compensa a baixa produtividade de agricultura com o setor de serviços. Eis a questão das vantagens comparativas de cada país dados seus fatores de produção diferenciados que não estão sendo exploradas favoravelmente pelas economias do bloco econômico.

Segundo Baumann (2011), a concentração da população em centros urbanos é certamente elemento decisivo para moldar padrões de demanda. Observa-se na tabela abaixo que a maioria dos habitantes dos países da integração regional moram nos centros urbanos o que seria um elemento decisivo no sentido de demanda por novos bens e serviços.

Houve crescimento da população em todos os países membros. A população da Argentina e do Brasil correspondem ao 95% do bloco. Sendo assim, pode-se dizer que ambos constituem uma integração bilateral dado que a maior parte dos fluxos comerciais fica entre eles. A Argentina e Uruguai corresponde um percentual de 93% de urbanização

seguido pelo Brasil com 85% e, pelo Paraguai, com 62%. Ao todo, a população urbanizada do Mercosul corresponde a 84%.

De fato, esse aumento na taxa de população urbana não foi um caso isolado para o Mercosul. Esses números mais do que nada reflete a tecnologia aplicada no campo agindo como poupadora de mão de obra desencadeando em resultados positivos para a produção, forçando a migração rural para os centros urbanos, causando efeitos negativos em questões sociais.

Pobreza Urbana (% da população)			
	1990	2017	Nível máximo
Argentina	21,20%	11,10%	41,5 em 2002
Brasil	41,20%	8,90%	41,2 em 1990
Paraguai	43,20%	8,10%	55,6 em 2004
Uruguai	17,90%	7,90%	20,9 em 2004

Tabela 16: Pobreza urbana (Em % da população total).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

“Embora que essa concentração da população nos centros urbanos, num contexto de baixo ritmo de criação de novas oportunidades, leva naturalmente a um aumento da população urbana de menor renda e afetam a qualidade de vida”. (BAUMANN, 2010)

População Urbana		
	1990	2017
Argentina	85,80%	91,75%
Brasil	74,70%	89,30%
Paraguai	48,70%	61,30%
Uruguai	88,90%	95,24%

Tabela 17: Pobreza urbana (Em % da população total).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

O Índice de desenvolvimento humano é um indicador de desenvolvimento e bem-estar social criado pela UNESCO de modo a medir o progresso do país. O mesmo analisa a saúde, educação e ingressos dos países.

Atualmente, a Argentina e Uruguai têm os melhores IDH da região integrada.

Índice de Desenvolvimento Humano	
	2017
Argentina	0,83
Brasil	0,76
Paraguai	0,70
Uruguai	0,80

Tabela 18: IDH países do Mercosul.

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

4.3. Grau de Abertura

Na seguinte seção, será avaliado o grau de abertura comercial dos países do Mercosul. O indicador comercial resulta necessário dado o contexto da economia globalizada atual. A final, quanto melhor o resultado da balança comercial, melhores as condições para um cenário com balanço de pagamentos e contas nacionais positivos.

Segundo a definição do Carvalho (2002):

“O Grau de Abertura Comercial de uma economia representa o nível de transações comerciais que os países mantem com o resto do mundo, medido pela soma das exportações e importações anuais em relação ao PIB”.

O coeficiente do grau de abertura dos países do Mercosul mostra que, o mesmo é maior para as economias menores do bloco econômico. Esses diferentes graus de abertura, encontram-se relacionados com as restrições que um país impõe sobre o livre comércio. Por conseguinte, um maior grau de abertura aumenta a produção, o intercâmbio e as possibilidades de consumo.

Grau de abertura das economias do Mercosul

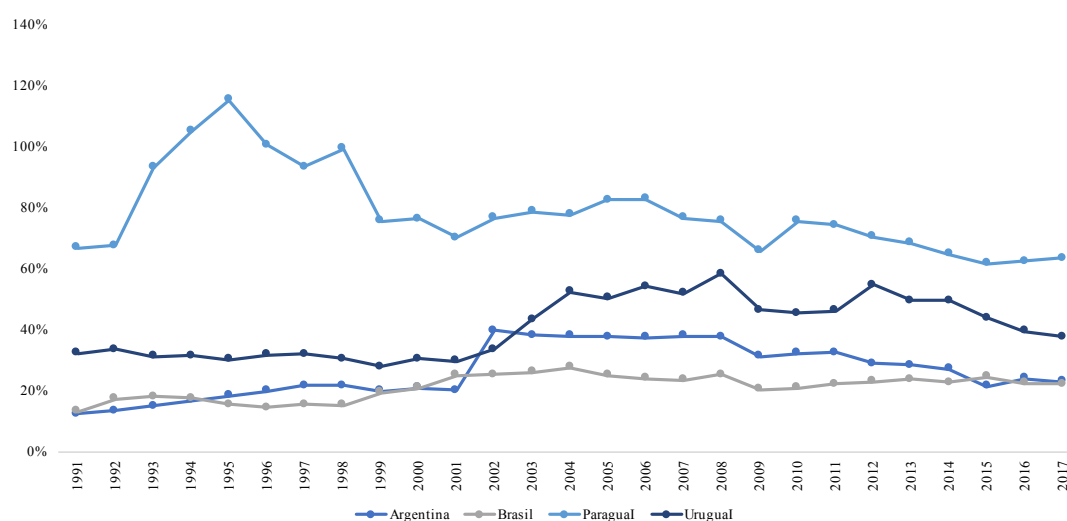


Tabela 19: Grau de abertura das economias do Mercosul.

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

O grau de abertura por sua vez, influi no crescimento econômico a través de diferentes canais. Dentre os principais canais temos: acesso à tecnologia, a informação, tamanho de mercado, exportações, investimento, etc.

Utilizando os dados mais recentes, percebemos que o nível de abertura da economia paraguaia ao comércio exterior em 2017, foi de 64,35%. O que indica que a produção nacional está majoritariamente voltada ao comercio exterior do que nacional. O segundo país com maior abertura é o Uruguai que, em 2017, correspondeu ao 37,62%. Já a Argentina e o Brasil, apresentaram os menores graus de abertura ao longo da existência do bloco.

Para Baumann (2011), o fato de que essas economias menores dependam muito mais de suas relações com o exterior, em vista das dimensões mais reduzidas do seu mercado interno, aumenta a ironia dos resultados mostrados anteriormente, de baixo grau de estímulo encontrado na relação com os sócios maiores.

	Média do Volume Exportado			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
1991-1999	71,77	74,25	97,23	81,11
2000-2008	118,12	153,44	137,23	123,93
2009-2017	127,72	198,08	263,56	199,83
Variação	1,78	2,67	2,71	2,46

Tabela 20: Média do Volume Exportado dos países do Mercosul.

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

Segundo a tabela acima, o desempenho exportador (refletido no volume exportado) tem-se duplicado para os países do bloco econômico com exceção da Argentina, cuja variação foi um pouco menor. Observa-se que, o volume exportado dos países tem atingido suas cifras máximas nos últimos anos, especialmente para as duas economias menores.

4.4. Investimento Estrangeiro Direto

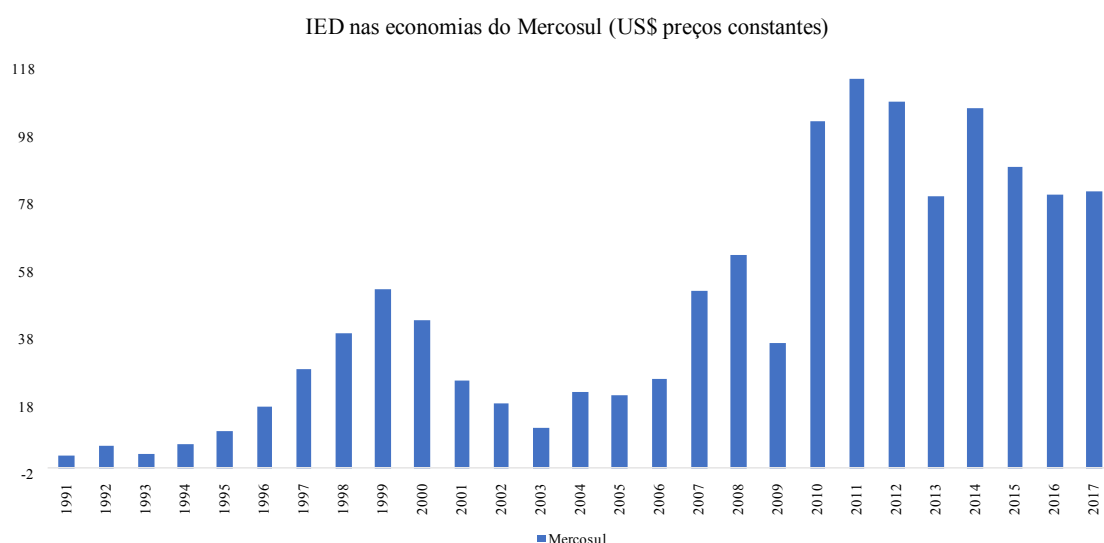
O IED tem se convertido em uma importante fonte de financiamento externo privado para os países em desenvolvimento. Embora o mesmo representa um investimento em instalações de produção, sua importância para esses países é muito maior. O IED não só permite incrementar os recursos disponíveis para a realização de investimentos e formação de capital; senão que também constitui um meio de transferência de tecnologia, inovação e práticas institucionais e de gestão entre distintos países e, permite também ter acesso ao comércio internacional. (UNCTAD, 2009). Assim, reconhecemos o fato de que o IED pode promover o desenvolvimento econômico.

Ao longo das últimas décadas, o Investimento Estrangeiro Direto tem se consolidado como um dos motores da economia e o comércio internacional. O Mercosul, por sua vez, não tem se mostrado alheio a esse processo de internacionalização produtiva implícito no IED. Assim, convivem na região países que nos últimos anos tem sido destinos privilegiados do IED como Brasil e Argentina.

Os países do Mercosul acompanharam o processo de crescimento dos fluxos de capitais internacionais produtivos observados desde os anos noventa, fenômeno que se intensifica ao longo da década seguinte. Ao igual que o caso de muitas outras economias emergentes, grande parte dos investimentos estrangeiros recebidos nos anos noventa foi

motivada pela implementação de reformas macroeconômicas e, em particular, a privatização de empresas públicas.

Como consequência da crise regional (iniciada primeiramente em Brasil e logo na Argentina) e, sem esquecer da retração dos capitais internacionais logo da crise de 2001, o IED retraiu-se entre 2000 e 2003. Além disso, outro período não favorável para o IED foi a crise de 2009, mas, percebe-se que posteriormente motivado pelo dinamismo das economias da região, as entradas de IED ao bloque recuperaram-se rapidamente.



* Valores em mil milhões

Gráfico 15: IED nas economias do Mercosul (US\$ preços constantes).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

Um fenômeno interessante na região do Mercosul, tem sido o dinamismo das empresas e seu processo de internacionalização produtiva. De tal maneira, a relevância que tem cobrado o investimento estrangeiro direto na segunda metade dos anos noventa, entre 2004-2008 e, a partir de 2010. Com tudo, percebe-se uma desaceleração desde o ano de 2015. Vale lembrar, que questões políticas internas especialmente na Argentina e no Brasil afetaram a entrada dos fluxos externos nos países. Além disso, a entrada de IED no Uruguai caiu fortemente nos últimos dois anos, registrando-se fluxos negativos em 2016 e 2017.

O Brasil, não somente absorve a maior parte de IED, senão que sua participação tem se incrementado durante os últimos anos até atingir perto de 80%. As empresas brasileiras mostram-se as principais impulsionadoras desse fenômeno.

4.5. Formação Bruta do Capital Fixo

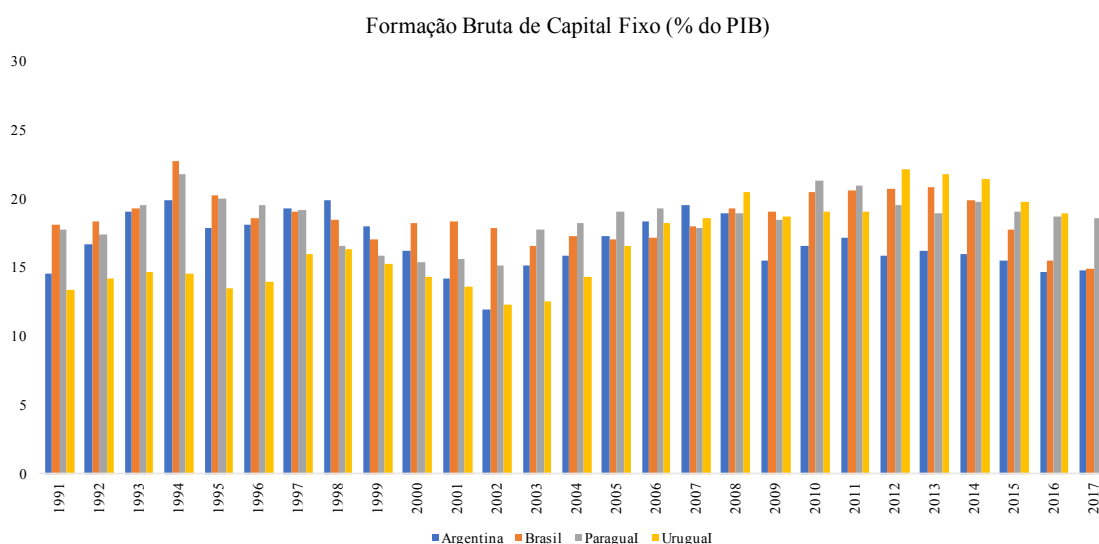


Gráfico 16: Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB).

Fonte: World Bank (2019). Elaboração: Autor.

No período 1990-2011 o aumento da formação bruta de capital fixo se deu com maior intensidade pela composição de maquinarias. Este incremento foi mais notório no período 2004-2011, apoiado, entre outros fatores, pela expansão do consumo interno e consequente necessidade de expandir a capacidade da oferta, a continuidade na disponibilidade de crédito e apreciações das moedas nacionais perante o dólar, o que abaratarou os preços em moeda nacional dos bens de capital importados. (CEPAL, 2013).

A média do período 1991-2003 foi de 16% do PIB para a formação bruta de capital fixo das economias do Mercosul. Essa taxa, cresceu ainda mais desde 2004, apresentando uma média de 18% do PIB até 2017.

5. Adaptação do Modelo Gravitacional

Em relação ao modelo econométrico, será aplicado o modelo gravitacional com o objetivo de determinar os benefícios da melhoria de flexibilidade (ou vigência de acordos de tratamento diferenciado) do comércio sobre o fluxo de comércio entre as economias do Mercosul. Assim, o objetivo central é mensurar os fatores determinantes o comércio internacional, mensurados por meio do modelo entre o Brasil e os outros Estados-Membro do bloco entre 1995-2017.

O modelo gravitacional corresponde ao modelo do Krugman e Obstfeld e os dados serão agrupados em painel estático com o objetivo de captar os efeitos tanto no tempo como no espaço. O modelo gravitacional é indicado a teste econométricos e as principais variáveis utilizadas são: exportações intrabloco, PIB (preços correntes), distância entre as capitais, idioma e população.

A adaptação da lei gravitacional de Newton para o comércio internacional sugere que este é diretamente proporcional ao PIB (massas) dos países e inversamente proporcional a distância entre eles. Isso implica que o comércio é dado pelo porte do país, assim, grandes economias tendem a comercializar mais entre si. A distância, por sua vez, exerce o papel de obstáculo, pois quanto mais longe, menor tende a ser o comércio, visto que os custos de transporte e outros fatores relacionados, o influenciam negativamente. (BENEDICTIS; TAGLIONI, 2011; KRUGMAN; OBSTFELD, 2001)

A lógica do modelo gravitacional é que “o PIB de um país, por ser equivalente ao valor dos bens e serviços que ele vende, é por definição, igual ao gasto total em bens e serviços que ele produz” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2010, p. 11). Assim, o PIB é a renda da economia. Mas este valor não é igual ao total da participação no comércio, visto que vários países gastam grande parte de sua renda internamente, e alguns fatores restringem o comércio internacional. Portanto, é possível supor que o fluxo de comércio entre os países é uma proporção do PIB dos países.

Para Krugman e Obstfeld (2010), fatores como o gasto interno, cultura, língua, localização geográfica, custos de transporte, fronteiras entre países, acordos comerciais e inovações tecnológicas, tanto em comunicação como em transporte, influenciam as relações de comércio internacional, apresentando resultados diferentes que o estimado pelo modelo, mas mesmo assim a correlação do modelo entre distância e o comércio

internacional continua válida.

O modelo gravitacional sofreu diversas críticas, principalmente pela falta de fundamentação teórica para a explicação de seus resultados, porém estas críticas, segundo Azevedo et al.,

“Perderam força na medida em que outros autores já mostraram que o modelo gravitacional pode ser derivado parcialmente tanto de modelos de Heckscher-Ohlin (Deardorff, 1997) como de modelos de concorrência imperfeita (Bergstrand, 1985; Helpman, 1987). Frankel (1997) chega a afirmar que a equação gravitacional passou da falta para um excesso de fundamentação teórica (2006, p. 246).”

Este modelo utilizará dados de painel para a sua regressão, o qual, segundo Gujarati e Porter (2011, p.47) são “dados combinados nos quais a mesma unidade em corte transversal (por exemplo, uma família ou uma empresa) é pesquisada ao longo do tempo. ”, neste caso, os dados que serão combinados são PIB, distância, fronteiras, blocos econômicos e idioma. Este modelo combina as séries temporais com observações de corte transversal, possibilitando, portanto, mais informações e variabilidade, além de apresentar menor colinearidade entre as variáveis, e assim, a análise apresenta maior eficiência. Além de que, os dados em painel, permitem analisar melhor as variações que comumente não são observadas em corte transversal, ou dados longitudinais, e ainda podem minimizar o viés e apresentar maior grau de liberdade.

Num modelo de painel estático, assume-se que as variáveis explicativas são independentes dos termos de perturbação. Já no que toca à questão da heterogeneidade, podemos assumir que esta reside nos coeficientes de regressão (que podem variar no tempo ou de indivíduo para indivíduo) ou na estrutura dos termos de perturbação. A escolha de uma especificação de validade universal é impossível, restando-nos escolher aquela que, face aos dados em concreto e ao tipo de problema em causa, melhor se adequa.

- *Pooled*: É a técnica de painel que desconsidera as dimensões de tempo e espaço, onde se empilham as observações e obtém-se a regressão. O principal problema é camuflar a heterogeneidade que possa existir entre as variáveis. Os coeficientes estimados na equação podem ser tendenciosos e inconsistentes
- Efeitos Fixos: Combinam-se todas as observações, deixando que cada unidade de corte transversal tenha sua própria variável *dummy* (intercepto). O termo “efeitos

fixos” deve-se ao fato de que, embora o intercepto possa diferir entre os indivíduos, o intercepto de cada indivíduo não varia com o tempo.

- Efeitos Aleatórios: Propõe diferentes termos de intercepto para cada observação, contudo, interceptos fixos ao longo do tempo.

Para uma análise completa dos modelos agrupados com dados em painel são necessários testes de especificação, para que se possa escolher o modelo para análise. Seguem abaixo os testes necessários:

- Teste F de Chow: Para este teste a hipótese nula é de que não há mudança estrutural (*Pooled*), para o qual, se o valor de F calculado for menor que F tabelado não rejeitaremos a hipótese nula. O resultado deste teste apresenta qual o melhor modelo a ser utilizado para regressão, se o *pooled data* ou efeito fixo.
- Teste de Hausman: Este teste é utilizado para testar se há simultaneidade, e qual o melhor efeito, se o Efeito Fixo ou Efeito Aleatório. Tem como hipótese nula que se não há simultaneidade, a correlação é igual a zero. Se o valor exceder o da tabela, utiliza-se o efeito fixo.
- Teste LM de Breusch-Pagan: A hipótese nula é de que o modelo *pooled data* é melhor contra a hipótese alternativa que é a do efeito aleatório.

Escolha das Variáveis:

Log (M)	Logaritmo do comércio bilateral. No caso foram alocadas as exportações do bloco.
L	É a <i>dummy</i> de idioma do modelo. 1 se espanhol 0 caso contrário.
Log (PIB)	Logaritmo do PIB real em dólares.
Log (Dist)	Logaritmo da distância em km das capitais dos 4 países membros do bloco.
Log (POP)	Logaritmo da população de cada país.

Tabela 21: Variáveis do modelo gravitacional.

Modelo populacional:

$$\log M_{it} = \beta_0_{it} + \beta_1 L_{it} + \beta_2 \log PIB_{it} + \beta_3 \log Dist_{it} + \beta_4 \log POP_{it} + u_{it}$$

Resultados:

Como mencionado anteriormente, diante do modelo de dados em painel escolhido, o passo inicial é verificar quais dos três modelos é preferível: regressão *pooled*, modelo de efeito fixo ou modelo de efeito aleatório.

Aos modelos foram acrescentados *dummies* de tempo para captar os efeitos do progresso tecnológico e ciclos econômicos. As mesmas não foram acrescentadas na tabela de resultados, mas têm efeitos importantes na estimação dos modelos.

O teste F de Chow foi estatisticamente significativo em todos os níveis, sendo assim, a regressão pelo modelo de efeito fixo é preferível à regressão *pooled*. Isso mostra a presença dos efeitos individuais. O teste de especificação de Hausman é não significativo e por isso aponta que o modelo de efeito aleatório é preferível ao modelo de efeito fixo.

O teste de Breusch e Pagan também é não significativo e não confirma a presença dos efeitos individuais, pois o modelo de efeito aleatório é não preferível à regressão *pooled*.

Na estimação via Pooled, rejeitou-se a hipótese nula da ausência de heterocedasticidade pelo teste de Breusch-Pagan-Godfrey. Por tal motivo, estimou-se a regressão via correção robusta de White. Na estimação via efeito fixo não se rejeitou a hipótese nula de ausência de heterocedasticidade utilizando-se o teste de Wald.

Segue abaixo a tabela de resultados do modelo:

VARIÁVEIS EXPLICATIVAS	POOLED	EFEITOS FIXOS	EFEITOS ALEATÓRIOS
L	-0,14 (-0,20)	Omitido	-0,14 (-0,19)
Log PIB	0,11 (1,05)	1,03*** (3,95)	0,11 (1,23)
Log Distância	Omitido	Omitido	Omitido
Log População	-0,13 (-1,01)	-2,06 (-1,56)	-0,13 (-1,13)
Constante	235,38*** (3,34)	154,55*** (4,04)	235,38*** (7,00)
Observações	92	92	92
Teste F	99.999,00***	1.031,20***	
Wald chi2			167.515,35***
R2 ajustado	0,9996	0,9996	0,9908
Teste F de Chow		4,70***	
Teste de Breush e Pagan			7,43
Teste de Hausman			14,35

Tabela 22: Resultados do modelo de regressão.

Fonte: elaboração própria.

Notas: os resultados entre parênteses referem-se as estatísticas t e z, em que:

*Denota significância a 10%.

**Denota significância a 5%.

Por conta do acréscimo das *dummies* de tempo, os três modelos foram consistentes em todos os níveis de significância e os R^2 dos modelos apresentaram valores muito expressivos próximos de 1. Portanto, os modelos foram consistentes e bem ajustados.

Porém, a única variável explicativa que apresentou significância estatística foi o logaritmo natural do PIB, e foi significativa a 1% no modelo de efeitos fixos. No que respeita às outras variáveis explicativas os testes não deram significância estatística e consequentemente não é possível tirar inferências robustas com tais resultados.

Porém, mesmo com resultados estatisticamente não significativos, pode-se observar que a variável do idioma tem um efeito negativo no comércio bilateral, o que é realmente esperado, pois são países próximos. Já a variável do logaritmo do PIB tem efeito positivo, o que faz todo sentido do ponto de vista teórico e intuitivo. O resultado não esperado foi o do logaritmo da população que teve um efeito negativo, talvez a inserção da variável de renda per capita pudesse corrigir o efeito da população no modelo.

6. Considerações Finais

Em 2019, o Mercado Comum del Sur completou 28 anos de existência. E, este trabalho tem como objetivo fazer uma avaliação do processo de integração considerando ela como ferramenta auxiliar do desenvolvimento econômico e social dos países participantes. Dado os problemas internos respectivos de cada país membro e, em alguns momentos as circunstâncias da economia mundial, não seria correto atribuir ao Mercosul a responsabilidade total pelos avanços ou atrasos registrados no período.

Em todo processo de integração, as assimetrias constituem um aspecto muito importante para se levar em consideração, dado que podem eliminar as possibilidades de progresso dos aspectos institucionais do bloco. As disparidades entre os distintos países que buscam se integrar podem se manifestar através de diferenças importantes de tamanho ou grau de desenvolvimento, ou disparidade de interesses, que devem ser cuidadosamente canalizados a fim de seguir um objetivo mutuamente vantajoso para todos. Assim, espera-se a promoção de maior homogeneidade de desempenho e, com isso fornece condições mais favoráveis para a própria sustentabilidade do processo. Faz-se importante ressaltar que esse processo de integração raramente foi apresentado como ferramenta para a convergência de competitividade.

Em quase três décadas de existência do Mercosul, os resultados mostraram que o crescimento intrabloco nas economias dos países membros como um todo, foi bastante significativo no período 1991-2012, com exceção dos anos 2002 e 2009, anos de crise no bloco. Percebe-se que desde o primeiro ano de vigência do acordo regional até 2017, tanto para o Brasil, Paraguai e Uruguai, suas exportações cresceram sete vezes, cada um nas suas próprias magnitudes.

Certamente, percebeu-se que cada Estado-Membro se tem dedicado mais a produzir aquilo no qual possui vantagem competitiva. No caso do Brasil, 80% das exportações intrabloco correspondem a bens manufaturados e, por exemplo no caso do Paraguai, o setor de agricultura tem sido o seu forte exportador correspondendo a 90% da produção local. Assim mesmo o Uruguai tem muitas semelhanças na pauta de exportação. Assim, isso mostra que esses ganhos são mais assegurados quando existe complementaridade produtiva. E, pode se pontuar que, a promoção da competitividade por meio dessa complementaridade produtiva entre os membros, encaminharia mais nitidamente os objetivos do bloco econômico.

Conclui-se que a formação do acordo regional modificou sim os fluxos comerciais entre os países membros, assim como os setores das suas economias, refletindo melhoras em alguns indicadores econômicos e sociais, o que, se deu de forma desigual. A contribuição do Mercosul ao comércio internacional da região é menor do que seu aporte em termos de produto.

Dentre os indicadores analisados, o PIB das economias do Mercosul tem mostrado avanços significativos. Ainda que, no caso das economias menores esse crescimento se deu em maior proporção. O maior crescimento do produto a preços correntes (US\$) pertence ao Paraguai, que teve um aumento de mais de 4,3%.

Contudo, olhando os dados, percebe-se que o bloco econômico já passou por fases melhores anteriormente. Entre 2011 e 2014. Anos no qual o produto atingiu níveis mais altos. Vale lembrar que, recentemente, as duas economias maiores do Mercosul têm passado (e continuam) por problemas internos graves que comprometeram o seu desempenho. Assim, pode se dizer também, que são perceptíveis os ciclos econômicos que atingiram ao longo dos anos. Hoje, é o Brasil que representa a maior parte do PIB Mercosul, sendo 73%. À Argentina corresponde 22%, Paraguai 1,4% e Uruguai o 3,6%.

No que respeita ao indicador do desemprego, a melhoria observa-se principalmente nas economias menores, onde obteve-se uma queda de pelo menos 50% do indicador. Na média, o período mais recente constitui o melhor nesse quesito para o bloco como um todo. Porém, segundo dados, os últimos anos não tem sido muito vantajoso para a Argentina e o Brasil, cujas taxas voltaram a apresentar crescimento. Isso, está atrelado as questões políticas já explicitadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que representa um indicador social, não se observou melhorias significativas. O mesmo tem se comportado estavelmente desde 1995. Isso poderia ser explicado com o fato de haver concentração da população em centros urbanos, fazendo com que em um ritmo tímido de aumento do nível de atividade, a população urbana aumentando e a renda caindo afetando a qualidade de vida. Por outro lado, uma notícia alentadora é a notável diminuição da pobreza nos quatro membros.

Dada essa análise e resultados, é evidente que ficaram atrás os propósitos de eliminar as assimetrias fiscais, monetárias, tarifárias, cambiais e de legislação laboral entre os quatro países que, tinha sido discurso principal de debate nos primeiros anos do Mercosul. Na falta de uma integração mais estruturada dos processos produtivos dos sócios menores, o risco é que os mesmos continuem apresentando desequilíbrio nos seus indicadores especialmente os comerciais recorrentes das disparidades do potencial econômico, o que desestimula a promoção da integração. Além de reconhecer, que as economias membro encontram-se constantemente atravessando por ciclos econômicos, cujos efeitos também poderiam ser reduzidos se o regime e atuação do Mercosul fosse mais estruturada. No momento de integração regional, também se espera que o Mercosul consiga lidar com questões políticas internas amortecendo períodos de crise.

O 28 de junho de 2019, foi um dia histórico para o Mercosul. Depois de 20 anos de negociação bilateral com a União Europeia, foi assinado o acordo de livre comércio entre ambos. O que constitui um avanço muito importante para a integração do bloco econômico com o resto do mundo. O acordo assinado, reflete dois blocos econômicos que desacreditam na lei do mais forte para enfrentar os desafios globais e gerar progresso compartilhado, defendem que, através da abertura comercial, a colaboração e solidariedade serão construídas as oportunidades para as futuras gerações. Não obstante a este fato promissor para o Mercosul, espera-se que o mesmo aproveite o momento para assumir antigos e novos compromissos na matéria de integração, harmonização normativa, dinamizar seu comércio intrabloco e estruturar melhor seus processos internos.

7. Referências Bibliográficas

BAUMANN, Renato. **O Mercosul aos vinte anos: uma avaliação econômica**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Junho 2011.

BAUMANN, R. **Integração da América do Sul: dois temas menos considerados**. Cepal, LC/ BRS/R.208, Brasília, jul. 2009.

FERRER, Aldo. **Hechos y fricciones de la globalización: Argentina y el Mercosul en el sistema internacional**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1997.

FERRER, Aldo. **Mercosul: Trajetória, situação atual e perspectivas**. Revista brasileira de comércio exterior, Rio de Janeiro, n.46, p.818-831, jan/mar 1996.

MERCOSUL. **Informações Estadísticas**. 2018. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 1**. Buenos Aires, 1997. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2662/Informe%20MERCOSUR%20N%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 2**. Buenos Aires, 1997. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2675/Informe%20MERCOSUR%20N%202.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 3**. Buenos Aires, dezembro 1997. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2676/Informe%20MERCOSUR%20N%203.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 4**. Buenos Aires, junho 1998. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2680/Informe%20MERCOSUR%20N%204.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 5**. Buenos Aires, 1999. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2682/Informe%20MERCOSUR%20N%205.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 6**. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2685/Informe%20MERCOSUR%20N%206.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 7**. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2687/Informe%20MERCOSUR%20N%207.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 8**. Buenos Aires, 2002. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2691/Informe%20MERCOSUR%20N%208.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 9**. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2691/Informe%20MERCOSUR%20N%209.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 10**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6266/Informe%20MERCOSUR%20N%2010.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 11**. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2665/Informe%20MERCOSUR%20N%2011.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 12**. Buenos Aires, 2007. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2667/Informe%20MERCOSUR%20N%2012.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 13**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2669/Informe%20MERCOSUR%20N%2013.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 14**. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/2673/Informe%20MERCOSUR%20N%2014.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 15**. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5409/Informe%20MERCOSUR%20N%2015.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 16**. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5402/Informe%20MERCOSUR%20N%2016.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 17**. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/5617/Informe_MERCOSUR_N_17.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 18**. Buenos Aires, 2013. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6020/Informe%20MERCOSUR%20N%2018%20%282012-2013%29%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 19**. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6704/Informe-MERCOSUR-N-19-2013-2014-Segundo-Semestre-2013-Primer-Semestre-2014.pdf>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 20**. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/7280/Informe_MERCOSUR_N_20_2014_2015_Segundo_Semestre_2014_Primer_Semestre_2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 21**. Buenos Aires, 2016. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/7959/Informe-MERCOSUR-No-21-2015-2016-Segundo-semester-2015-Primer-semester-2016.pdf?sequence=7>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BID-INTAL, **Informe Mercosur N° 22**. Buenos Aires, 2017. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8781/Informe-MERCOSUR-No-22-renovando-la-integracion.pdf>>. Acesso em: 20 de junho 2019.

BAUMANN, R. **Integração da América do Sul: dois temas menos considerados**. Cepal, LC/ BRS/R.208, Brasília, jul. 2009. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37938/1/LCbrsR208_pt.pdf> Acesso em: 20 de junho 2019.

BANCO MUNDIAL. **Informações estatísticas**. 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator> > Acesso em: 20 de junho de 2019.

CEPAL. **Tratado de Assunção. 1991.** Disponível em:
<<https://idatd.cepal.org/Normativas/MERCOSUR/Espanol/Tratado de Asuncion.pdf>>

Acesso em: 20 de junho de 2019.

CEPAL. **Macroeconomia del Desarrollo.** 2013. Disponível em:
<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5364/1/S2013125_es.pdf>

Acesso em: 20 de junho de 2019.

FERREIRO E SERRANO. (2007). **Las políticas del mercado de desempleo y activación laboral, Política y Sociedad**, 44(2), 135-51.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **The Role of International Investment Agreements in Attracting Foreign Direct Investment to Developing Countries.** UNCTAD: New York and Geneva, 2009. Disponível em:
<http://unctad.org/en/Docs/diaeia20095_en.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2019.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Investment Policy Monitor.** A periodic report by the UNCTAD Secretariat. October 2011. Disponível em:
<www.unctad.org/diae> Acesso em: 20 de junho de 2019.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2012.** Towards a New Generation of Investment Policies. UNCTAD: New York and Geneva, 2012. Disponível em:
<http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2012_embargoed_en.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2019.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **International investment policymaking is in transition.** UNCTAD: New York and Geneva, 2013a.

Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/webdiaepcb2013d9_en.pdf>

Acesso em: 20 de junho de 2019.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2013, Global value chains: Investment and trade for development.**

UNCTAD: News York and Geneva, 2013b. Disponível em:

<http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf> Acesso em: 20 de junho de

2019.